



Número: **0803393-72.2020.8.15.0981**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Queimadas**

Última distribuição : **16/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.045,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSUEL LOPES GOMES (AUTOR)		JANDUI BARBOSA DE ANDRADE (ADVOGADO) EFIGENIO CANDIDO JUNIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54387 295	14/02/2022 13:03	<a href="#">Petição</a>	Petição
54387 957	14/02/2022 13:03	<a href="#">2796026_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Outros Documentos
54387 972	14/02/2022 13:03	<a href="#">2796026_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_022</a>	Outros Documentos

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE QUEIMADAS/PB

Processo n.º 08033937220208150981

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSUEL LOPES GOMES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art. 7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **OGA6955**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Sua busca por placa: OGA6955 UF: PB CATEGORIA: 09\*

	Exercicio	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
+	2017	R\$185,50	Quitado	
+	2016	R\$292,01	Quitado	
+	2014	R\$292,01	Quitado	
+	2013	R\$196,06	Quitado	

(\*) Motocicleta

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

OBSERVE QUE O SINISTRO OCORREU EM 27/11/2019, E NÃO HÁ PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT PARA O ANO DE EXECICIO DE 2019. DESTACA-SE AINDA QUE A DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS INDICANDO VENDA DO VEÍCULO É POSTERIOR AO ACIDENTE. LOGO, O AUTOR ERA O PROPRIETÁRIO INADIMPLENTE COM O SEGURO À ÉPOCA DO ACIDENTE.

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**.

1. Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

**Sim. Não resultou em invalidez, apenas limitação residual.**

Logo, resta claro que **não há incapacidade permanente.**

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da parte autora encontra-se descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

**No entanto, cumpre destacar que embora o respeitável perito tenha indicado ausência de invalidez, também respondeu no laudo que o autor apresenta lesão de 10% no MEMBRO INFERIOR DIREITO.**

Deste modo, vem a parte Ré impugnar o presente laudo e requerer a Vossa Exa. a intimação do respeitável perito para esclarecer razão pelo qual respondeu que o autor possui sequela no membro inferior direito, se indicou expressamente AUSÊNCIA DE INVALIDEZ.

#### **DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO**

##### **LESÃO PREEXISTENTE**

Deve-se, ainda, sopesar o fato da parte autora ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Queimadas - Pb, sendo autuado sob o nº. **0001770-21.2011.8.15.0981**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 31/12/2010.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de MEMBRO INFERIOR DIREITO, **50%**, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.



Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

QUEIMADAS, 7 de fevereiro de 2022.

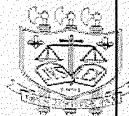
**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**



SEGURADORA LÍDER  
DIGITALIZADO EM

16 NOV 2011



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**2ª VARA DA COMARCA DE QUEIMADAS**

Fórum Amarília Sales de Farias – Rua José Braz de França, s/n.º, Centro – CEP: 58.475-000 – Tel./FAX – (083) 3392-1156


Queimadas, 09 de novembro de 2011.

**CARTA DE CITAÇÃO**

Pela presente, extraída dos autos da ação de **COBRANÇA**, processo nº **098.2011.001.770-8**, requerida por **JOSUEL LOPES GOMES** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, fica Vossa Senhoria, na qualidade de Representante Legal da parte ré, **CITADO**, para comparecer a **audiência de conciliação** designada para o dia **13 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 08hs20min.**, advertindo-lhe que a sua ausência injustificada implicará na pena de revelia, salvo se o contrário resultar da prova dos autos, e que, não havendo conciliação, a mesma deverá oferecer resposta escrita ou oral nessa própria audiência, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, deverá formular, desde então, os seus quesitos, podendo indicar assistente técnico.

Segue em anexo cópia da inicial e do despacho de fl. 21.

Atenciosamente,

  
**Alberto Cezar Farias Dôso**  
Técnico Judiciário  
Mat. 470.359-6

Senhor REPRESENTANTE LEGAL  
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A,  
RUA: SENADOR DANTAS, Nº 74, 5º ANDAR,  
CENTRO - CEP: 20031-205,  
RIO DE JANEIRO - RJ.

14:37 14/11/2011 04:404 Seguradora Líder DPVAT 9 andar





Dr. Givaldo Soares de Lima

OAB/PB Nº 10.190

098.204.001.7708

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL  
DESTA COMARCA DE QUEIMADAS – PB.

Justiça Gratuita

**JOSUEL LOPES GOMES**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do CPF nº 014.155.724-96, RG nº 3.099.529 – SSP/PB, residente e domiciliado na rua José Cassimiro Alves, s/nº, centro, Queimadas/PB, via de seu advogado e procurador, infra-assinado, com endereço profissional situado no CENTRO JURÍDICO DESEMBARGADOR LUIZ SILVIO RAMALHO, na rua Estácio Tavares Wanderley, nº 265, 5º andar, sala 501, bairro da Liberdade, Campina Grade/PB, fone/fax: 083-3321-2653 / 9973-7476, e-mail: [advgivaldolima@hotmail.com](mailto:advgivaldolima@hotmail.com), vem, com muito respeito e acato à presença de Vossa Excelência, propor, como de fato propõe, a presente

### AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO - DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, com sede na Rua Senador Dantas, 745º Andar - Centro 20031-205 - Rio de Janeiro - RJ, pelas razões de fato e de direito que a seguir ventila:

#### DOS FATOS

No dia 31 de dezembro de 2010, por volta das 22:00 horas, o requerente estava conduzindo uma motocicleta HONDA CG 150 TITAN KS, ano 2005/2005, de cor vermelha, placa MND 1456/PB, chassi: 9C2KC08105R862392, PROXIMO A RUA DA IGREJA, MOMENTO EM QUE AO ASSAR EM UM QUEBRA MOLAS ALI EXSISTENTE, PERDEU O CONTROLEDA REFERIDA MOTOCILCETA CAINDO AO SOLO, SENDO SOCORRIDO PARA O Hospital Pedro I, na cidade de Campina Grande/PB, e submetido a cirurgia na perna direita, com fratura da tibia, conforme certidão de ocorrência policial nº 001862/11, em anexo.

Por conta desta acidente o requerente que encontra-se atualmente inválido e ficou com as seguintes seqüelas definitivas: perda da incapacidade funcional de 45% do MID, cf. Laudo pericial em anexo.

Sendo que ao Requerente a Seguradora pagou apenas a quantia de R\$ 1.365,00 (um mil, trezentos e sessenta e cinco reais), referentes a indenização do seguro DPVAT. A menor, portanto, que o valor devido, cf. legislação em vigor.

O requerente sabe que possui direito ainda a quantia de R\$ 5.709,50 (cinco mil, setecentos e nove reais e cinquenta centavos), recorre a presente com o intuito de receber o restante do seguro.

#### DO DIREITO

Centro Jurídico Desembargador Luis Silvio Ramalho  
Rua Estácio Tavares Wanderley, 265, Sl. 501, Liberdade | 58.410-045 | Campina Grande  
E-mail: [advgivaldolima@hotmail.com](mailto:advgivaldolima@hotmail.com) - Fones: (83) 3337-4300 | 9973-7476



Art. 5, da lei 6.194/74: O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia da responsabilidade do segurado.

§1º: A indenização referida nesse artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:

a): certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade do beneficiário no caso de morte.

Conforme o art. 3º, alínea “a”, da Lei 6.194/74, a indenização no caso de invalidez total, deve ser de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Senão vejamos o entendimento de nossa jurisprudência, no que diz respeito que o pagamento não deve ser somente parcial, deve-se sim, respeitar o teto estabelecido pela Lei nº 11.482/2007:

*SEGURO DE VIDA EM GRUPO - INDENIZAÇÃO - INVALIDEZ PERMANENTE E TOTAL - COMPROVAÇÃO - INDENIZAÇÃO DEVIDA. Comprovada a invalidez total, irreversível e permanente, que inabilita o segurado a qualquer atividade ocupacional, é de rigor a indenização contemplada no contrato de seguro. RECURSO IMPROVIDO. Processo: APL 9102552752009826 SP 9102552-75.2009.8.26.0000 Relator(a): Atonio Nascimento Julgamento: 28/03/2011 Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado Publicação: 31/03/2011.*

*APELAÇÕES CÍVEIS. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. COBERTURA DO RISCO DE INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Preliminar de ausência de condição da ação 1. A parte autora não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, o postulante não está obrigado a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Preliminar afastada. Mérito do recurso em exame 2. O objeto principal do seguro é a cobertura do risco contratado, ou seja, o evento futuro e incerto que poderá gerar o dever de indenizar por parte da seguradora. Outro elemento essencial desta espécie contratual é a boa-fé, na forma do art. 422 do Código Civil, caracterizada pela sinceridade e lealdade nas informações prestadas pelo segurado ao garantidor do risco pactuado, cuja contraprestação daquele é o pagamento do seguro. 3. A postulante narrou na inicial que, no dia 23/05/2005, foi vítima de um acidente de trânsito, do qual restaram lesões permanentes, dentre as quais a perda da função do ombro direito e a perda total da visão do olho esquerdo, fato este incontroverso da lide, a teor do que estabelece o art. 334, inc. III, do CPC. 4. Ademais, o auto de exame de corpo de delito, consoante atesta o documento das fls. 25 e 28, implica na presunção quanto à caracterização da incapacidade parcial e permanente, impondo-se que a Seguradora demandada provasse o contrário. 5. O valor da indenização securitária deve corresponder àquele contratado, mantida a proporcionalidade reconhecida na sentença, com o acréscimo da atualização monetária a contar da data do acidente e com a incidência de juros moratórios desde a citação. Rejeitada a preliminar suscitada e, no mérito, negado provimento ao apelo da demandada, explicitada a sentença quanto ao termo inicial da correção monetária. (Apelação Cível Nº 70024460438, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 13/08/2008)*

*APELAÇÃO CÍVEL SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE CARACTERIZADA. Ainda que o segurado tenha sofrido AVC depois de ocorrido acidente de trânsito, não há dúvida*





*acerca da extensão dos danos decorrentes do último, o qual provocou a incapacidade para o trabalho, em razão da perda total do uso de ambas as pernas. E se entende por invalidez permanente, para os fins da apólice firmada entre as partes, a perda ou impotência funcional definitiva e total de membro ou órgão. RECURSOS DESPROVIDOS. (Apelação Cível Nº 70021883350, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Aquino Flores de Camargo, Julgado em 28/08/2008)*

Art. 8º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da lei nº 6.194/74, vejamos o Art. 3º que foi alterado:

*Art.3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." (NR)*

*"Artigo 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.*

*Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 8.441, de 1992).*

*§ 3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP." (NR)*

*"Artigo 5º (...).....(.)*

*§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:*

*(...)*

*§ 6º O pagamento da indenização também poderá ser realizado por intermédio de depósito ou Transferência Eletrônica de Dados - TED para a conta corrente ou conta de poupança do beneficiário, observada a legislação do Sistema de Pagamentos Brasileiro.*

*§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado." (NR)*

Resta claro e provado que não foi paga a quantia a que se tinha direito, visto que o valor da indenização do seguro DPVAT é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Sendo assim, deve ser este o parâmetro utilizado por V. Exa., observando que o requerente teve seqüela definitiva, e por este motivo ficou com INVALIDEZ PARCIAL.

O valor pago totalizou R\$ 1.365,00 ( um mil, trezentos e sessenta e cinco reais), sendo assim, remanesce um crédito de R\$ 5.709,50 (cinco mil, setecentos e nove reais e cinquenta centavos).



A fixação da correção monetária, pelos índices do INPC, deve ser contada a partir da data do acidente, com juros legais de 1% ao mês, a contar da mesma data.

#### DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, REQUER:

Seja a Requerida citada, na forma, da Lei n°. 9.099/95, para que, sob pena de revelia, compareça à audiência pré-designada, a fim de responder à proposta de conciliação ou apresentar defesa.

Ao final, seja julgado procedente o pedido, condenando a Requerida a pagar ao Requerente a importância mencionada, com a devida correção monetária e acrescida de juros legais.

A condenação da Requerida nas custas processuais e honorários advocatícios, estes últimos no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação devidamente atualizada;

Requer o Benefício da Justiça Gratuita por ser o requerente pobre na forma da Lei e não ter condições de arcar com as despesas sem prejuízo seu e de sua família, tudo nos termos da Lei n° 1060/50;

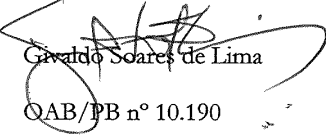
Protesta por provar o alegado por todos os meios de provas admitidas pelo direito, em especial, documental, testemunhal, depoimento pessoal do preposto da ré, bem como, as demais que se fizerem necessárias para o desfecho da lide.

Dá-se a causa o valor de R\$ 5.709,50 (cinco mil, setecentos e nove reais e cinquenta centavos).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Campina Grande, PB, 17 de outubro de 2011.

  
Givaldo Soares de Lima  
QAB/PB n° 10.190



Processo nº 0982011000.011-8

Vistos etc.

1. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Anotações necessárias.

2. Considerando que a presente ação deve se processar pelo rito sumário, para audiência de conciliação designo o dia 13/12/2011, às 08hs20min.

3. Cite-se o réu, na forma requerida, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, advertindo-lhe que a sua ausência injustificada implicará na pena de revelia, salvo se o contrário resultar da prova dos autos, e que, não havendo conciliação, a mesma deverá oferecer resposta escrita ou oral nessa própria audiência, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, deverá formular, desde então, os seus quesitos, podendo indicar assistente técnico. Intimem-se, ainda, o autor e o seu advogado.

Cumpra-se.

Queimadas, 8 de Novembro de 2011.

*Andréa Dantas Ximenes*  
ANDRÉA DANTAS XIMENES  
Juíza de Direito

DATA

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES em cartório.

08/11/11

*Suelio Moreira Torres*

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES em cartório.





**Ministério da Fazenda**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 014.155.724-96

Nome da Pessoa Física: JOSUEL LOPES GOMES

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **11:17:54** do dia **29/05/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **CC75.BC5B.C2BB.85AD**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



## Processo

**Nº Processo:** 098.2011.001.770-8  
**Nº Novo:** 0001770-21.2011.815.0981 **Vara:** 2A. VARA DA COMARCA DE QUEIMADAS  
**Classe:** PROCEDIMENTO ORDINARIO **Distribuição:** 28/10/2011  
**Status:** BAIXADO **Valor Ação:** R\$5.709,50  
**Localizador:** ARQUIVADO CX 036/15

## Assuntos:

PERDAS E DANOS

## Movimentações:

	Data #	Descrição #
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1	26/08/2015	BAIXA DEFINITIVA 26/08/2015 12:52 TJEQS07
2	26/08/2015	ATO ORDINATORIO PRATICADO 26/08/2015 ARQUIVAMENTO
3	25/08/2015	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE 25/08/2015
4	17/08/2015	CONCLUSOS PARA DESPACHO 17/08/2015
5	03/08/2015	ATO ORDINATORIO PRATICADO 16/07/2015
6	09/04/2015	EXPEDICAO DE DOCUMENTO NOTA DE FORO 09/04/2015 NF 52/15
7	27/03/2015	EXPEDICAO DE DOCUMENTO ALVARA 27/03/2015
8	19/11/2014	ATO ORDINATORIO PRATICADO 03/11/2014 DEVOLVIDO DA CORREGEDORIA
9	21/08/2014	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE 21/08/2014
10	20/08/2014	CONCLUSOS PARA DESPACHO 20/08/2014
11	20/08/2014	JUNTADA DE PETICAO PETICAO (OUTRAS) 20/08/2014
12	20/08/2014	JUNTADA DE DOCUMENTO MANDADO 20/08/2014
13	10/06/2014	EXPEDICAO DE DOCUMENTO MANDADO 10/06/2014 JOSUEL LOPES GOMES
14	23/05/2014	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE 14/05/2014
15	24/02/2014	CONCLUSOS PARA DESPACHO 24/02/2014
16	24/02/2014	JUNTADA DE PETICAO PETICAO (OUTRAS) 24/02/2014
17	22/01/2014	EXPEDICAO DE DOCUMENTO NOTA DE FORO 22/01/2014 NF 09/14
18	14/01/2014	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE 14/01/2014
19	18/12/2013	CONCLUSOS PARA DESPACHO 18/12/2013
20	18/12/2013	DECORRIDO PRAZO DA PARTE 03/12/2013
21	25/11/2013	PUBLICADO 18/11/2013 NOTA DE FORO
22	13/11/2013	EXPEDICAO DE DOCUMENTO NOTA DE FORO 13/11/2013 NF 173/1
23	13/11/2013	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE 13/11/2013
24	23/10/2013	CONCLUSOS PARA DESPACHO 23/10/2013
25	23/10/2013	JUNTADA DE PETICAO PETICAO (OUTRAS) 10/10/2013
26	09/10/2013	EXPEDICAO DE DOCUMENTO NOTA DE FORO 09/10/2013 153 / 13
27	09/10/2013	EXPEDICAO DE DOCUMENTO NOTA DE FORO 09/10/2013
28	23/08/2013	RECEBIDOS OS AUTOS 23/08/2013
29	30/10/2012	AUTOS AO TJ 30102012
30	10/10/2012	REMETA-SE 09102012
31	04/10/2012	AUTOS DEVOLVIDOS DO JUIZ 04102012
32	04/10/2012	AUTOS CLS PARA DESPACHO 04102012
33	02/10/2012	JUNTADA DE 01102012
34	10/08/2012	NOTA DE FORO EXPECA-SE 10082012
35	10/08/2012	AUTOS DEVOLVIDOS DO JUIZ 10082012
36	17/07/2012	AUTOS CLS PARA DESPACHO 17072012
37	13/07/2012	CERTIFICADO EM 13072012
38	13/07/2012	JUNTADA DE 11072012
39	28/06/2012	AGUARDA DECURSO DE PRAZO 03072012
40	28/06/2012	NOTA DE FORO PUBLICADA EM 18062012
41	14/06/2012	NOTA DE FORO EXPEDIDA 14062012 NF 102/12
42	11/06/2012	NOTA DE FORO EXPECA-SE 11062012
43	11/06/2012	SENTENCA REGISTRADA LIVRO 11062012
44	11/06/2012	SENTENCA JULG PARC PROCEDENTE 04062012
45	11/06/2012	DESPACHO CONVERTIDO EM SENTENC 04062012

26/07/2017 23:58



Movimentações:		
	Data ‡	Descrição ‡
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
46	04/06/2012	AUTOS DEVOLVIDOS DO JUIZ 04062012
47	27/04/2012	AUTOS CLS PARA DESPACHO 27042012
48	27/04/2012	JUNTADA DE 26042012
49	20/04/2012	AGUARDA DECURSO DE PRAZO 30042012
50	20/04/2012	AUDIENCIA REALIZADA 19042012
51	14/03/2012	AUDIENCIA AGUARDA REALIZACAO 19042012
52	14/03/2012	CARTA DE INTIMACAO EXPEDIDA 15032012
53	14/03/2012	NOTA DE FORO EXPEDIDA 14032012 NF 42/12
54	14/03/2012	MANDADO SOLICITADO EM 140320121.JOSUEL LOPES
55	14/03/2012	AUDIENCIA PRELIMINAR 19042012 1000
56	09/03/2012	AUTOS DEVOLVIDOS DO JUIZ 09032012
57	24/02/2012	AUTOS CLS PARA DESPACHO 27022012
58	23/02/2012	CERTIFICADO EM 23022012
59	27/01/2012	AGUARDA DECURSO DE PRAZO 02022012
60	27/01/2012	NOTA DE FORO PUBLICADA EM 22012012
61	19/01/2012	NOTA DE FORO EXPEDIDA 19012012 NF 8/12
62	19/12/2011	NOTA DE FORO EXPECA-SE 19122011
63	19/12/2011	CONTESTACAO APRESENTADA 13122011
64	19/12/2011	AUDIENCIA REALIZADA 13122011
65	22/11/2011	AUDIENCIA AGUARDA REALIZACAO 13122011
66	22/11/2011	NOTA DE FORO PUBLICADA EM 11112011
67	09/11/2011	NOTA DE FORO EXPEDIDA 09112011 NF 198/11
68	08/11/2011	AUDIENCIA CONCILIAAO 13122011 0820
69	08/11/2011	AUTOS DEVOLVIDOS DO JUIZ 08112011
70	04/11/2011	AUTOS CLS PARA DESPACHO 07112011
71	04/11/2011	RECEB. INIC/INQ/PREC EM CARTOR 04112011
72	28/10/2011	DISTRIBUIDO SEM MOVIMENTACAO 28102011 QSD1

Os resultados apresentados são de caráter informativo, não substituindo avisos ou intimações publicados no Diário da Justiça.

Consultas ao Telejudiciário através do telefone: (83) 3621-1581





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça da Paraíba  
Gabinete da Des. Maria das Graças Morais Guedes

## ACÓRDÃO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 098.2011.001770-8/001**

**Relator** : Ricardo Vital de Almeida (Juiz Convocado em substituição à Des. Maria das Graças Morais Guedes)

**Apelante** : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

**Advogado** : Rostand Inácio dos Santos

**Apelado** : Josuel Lopes Gomes

**Advogado** : Givaldo Soares de Lima

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO. PERCENTUAL DE 45%. IMPOSSIBILIDADE. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. SÚMULA 426/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA. INAPLICABILIDADE. EVENTO DANOSO. PROVIMENTO PARCIAL.**

Em se tratando de invalidez permanente parcial incompleta, o valor resultante do enquadramento da perda anatômica ou funcional sofrerá redução, conforme o caso, nos percentuais das faixas redutoras previstas no inciso II do § 1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

A Súmula nº 426 do STJ estabelece: "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

APELAÇÃO CÍVEL Nº 098.2011.001770-8/001



Nas ações de cobrança de seguro obrigatório, incide a correção monetária a partir da data do evento danoso.

**VISTOS**, relatados e discutidos os autos acima referenciados.

**A C O R D A** a egrégia Terceira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, à unanimidade, **em conhecer do Recurso e dar-lhe provimento parcial.**

### RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Cível** interposta pela **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A** contra sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Queimadas, fls. 103/104, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, ajuizada por **Josuel Lopes Gomes**.

A magistrada julgou parcialmente procedente o pleito inicial, por entender que restou comprovada a invalidez permanente parcial incompleta de repercussão média. Condenou a seguradora apelante a pagar a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), obtida através do seguinte cálculo:

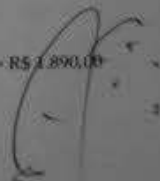
$R\$ 13.500,00 \times 70\% = R\$ 9.450,00$   
 $R\$ 9.450,00 \times 50\% = R\$ 4.725,00$   
 $R\$ 4.725,00 - R\$ 2.362,50$  (já recebidos administrativamente) =  $R\$ 2.362,50$ .

Em suas razões, fls. 106/117, a seguradora apelante aduz que a decisão da magistrada é contrária às provas dos autos e vai de encontro à legislação e a jurisprudência, uma vez que a compensação pecuniária deve ser proporcional ao grau de invalidez, alegando ter o laudo médico apontado a debilidade em 45% (quarenta e cinco por cento).

Sustenta que, diante disso, o quantum indenizatório deve ser calculado da seguinte forma, fls. 111:

$70\% \text{ de } R\$ 13.500,00 = R\$ 9.450,00$   
 $R\$ 9.450,00 \times 45\% = R\$ 4.252,50$   
 $R\$ 4.252,50 - R\$ 2.362,50$  (já recebidos administrativamente) =  $R\$ 1.890,00$

APELAÇÃO CÍVEL Nº 098.2011.001276-8/001





Pede para que, em eventual condenação, os juros de mora incidam a partir da citação e a correção monetária a partir da publicação da sentença.

Pugna pelo provimento do recurso e consequente reforma da sentença para que seja julgado improcedente o pedido da exordial.

Contrarrazões, fls. 155/158.

Instada a se pronunciar, a Douta Procuradoria opinou pelo desprovimento do apelo, fls. 164/165.

É o relatório.

#### VOTO

Ricardo Vital de Almeida - Juiz Convocado em substituição à Des. Maria das Graças Moraes Guedes

Inferre-se dos autos que o autor, ora apelado, ajuizou a presente ação de cobrança com o objetivo de receber a complementação do valor da indenização do seguro DPVAT em razão de invalidez permanente causada por acidente de trânsito ocorrido no dia 31 de dezembro de 2010, quando conduzia uma motocicleta Honda CG 150 TITAN KS, ano 2005/2005, na cidade de Queimadas-PB.

O processo seguiu o seu trâmite regular, tendo o juízo *a quo* julgado parcialmente procedente o pedido, para condenar a seguradora a pagar em favor do promovente o valor de R\$ R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em razão da deformidade permanente por este sofrida.

A decisão singular considerou que, em decorrência do acidente sofrido, a vítima teve 45% (quarenta e cinco por cento) de perda funcional do membro inferior direito, consoante laudo de fls. 08, classificando a repercussão da referida perda em média e, baseado nisso, utilizou no cálculo da

APELAÇÃO CÍVEL Nº 098.2011.001770-8/001



indenização o percentual redutor de 50% (cinquenta por cento), conforme destacado no relatório.

Insurgindo-se contra a referida decisão, a seguradora apresentou o apelo em questão.

Ultimada essa consideração inicial, passo à análise do mérito da irresignação recursal.

Como é cediço, o seguro DPVAT foi criado pela Lei n.º 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente. As indenizações advindas do referido seguro devem ser quitadas independentemente de verificação de culpa, identificação do veículo ou de outras apurações, tornando-se legítimas em caso de existência de vítimas transportadas ou não.

Pois bem.

Inicialmente, torna-se importante ressaltar que resta incontroverso nos autos que a compensação extrapatrimonial é devida em razão do acidente sofrido. Com efeito, a própria apelante não refuta tal fato, tendo, inclusive, efetuado o pagamento em sede administrativa do valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Diante deste cenário, tem-se que o cerne da questão reside no valor devido à título de complementação do quantum indenizatório.

O art. 3º da Lei n.º 6.194/74 estabelece quais os danos pessoais são cobertos pelo seguro e respectivos valores. Uma das espécies de danos indenizáveis é a invalidez permanente.

A invalidez permanente se divide em total e parcial. A invalidez permanente parcial subdivide-se em completa e incompleta.

Conforme o laudo de fls. 08, o apelado, em decorrência do acidente, ficou com "Seqüela definitiva do MID levando a incapacidade funcional

APELAÇÃO CÍVEL Nº 098/2011 001770-8/001



de 45%" (quarenta e cinco por cento). Assim, o caso em análise não se trata de invalidez permanente total.

Consequentemente, o caso em questão é de invalidez permanente parcial a qual deverá ser classificada como sendo completa ou incompleta.

O promovente/apelado não foi vítima de invalidez permanente parcial completa pois, como bem observado pela magistrada de 1º grau, não houve perda total da função. Logo, trata-se de invalidez permanente parcial incompleta.

O acidente ocorreu em 31 de dezembro de 2010. Diante disso, deve, como de fato foi, ser aplicada a regra do inciso II do § 1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74, que disciplina a indenização para os casos de invalidez permanente parcial incompleta, cujo conteúdo é o seguinte:

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I<sup>1</sup> deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, a redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifei)

O juízo *a quo* buscou no anexo da referida lei a perda anatômica/funcional do promovente/apelado enquadrando-a no percentual de 70% (setenta por cento), ou seja,  $R\$ 13.500,00 \times 70\% = R\$ 9.450,00$ .

Portanto, não houve desrespeito à Súmula nº 474 do STJ, uma vez que, para se chegar ao valor final da indenização, a magistrada levou em consideração o grau da invalidez do segurado ao enquadrar a perda anatômica/funcional da vítima na tabela que faz parte do anexo da lei supracitada.

<sup>1</sup> - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (grifei)



Obedecendo a segunda parte do referido inciso, numa segunda operação, procurou nas faixas de redução proporcional da indenização (75%, 50%, 25%) a que mais se adequava à perda da capacidade funcional de 45% constante no laudo. Tendo escolhido a faixa de 50% (cinquenta por cento), média repercussão, encontrou o valor da indenização do seguro obrigatório: R\$ 9.450,00 \* 50% = R\$ 4.725,00.

Em seguida, descontou desse valor (R\$ 4.725,00) o pagamento anteriormente ocorrido em sede administrativa (R\$ 2.362,50), o que resultou exatamente em R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Por força do inciso II do § 1º do art. 3º da lei do DPVAT a magistrada teve que escolher uma das faixas, as quais não contemplam o percentual de 45%.

Nesse sentido, julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

DIREITO CIVIL. SEGURO DPVAT. MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008. INCONSTITUCIONALIDADE NÃO VERIFICADA. SEGURO. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. FASES DE APURAÇÃO.

1 - DPVAT - NÃO HÁ INCONSTITUCIONALIDADE POR VÍCIO DE FORMA NA REDAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008, NA PARTE QUE TRATA DO SEGURO DPVAT, NEM HÁ, NA FIXAÇÃO DE FAIXAS DE INDENIZAÇÃO, VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

2 - APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT, EM SE TRATANDO DE INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA, É NECESSÁRIA UMA SEGUNDA OPERAÇÃO MEDIANTE A QUAL SE ENQUADRA A PERDA COMO INTENSA, MÉDIA OU LEVE (ART. 3º, § 1º, INCISO I E II DA LEI 6.194/1974, INCISO II DA REFERIDA NORMA). LAUDO QUE DEMONSTRA A OCORRÊNCIA DE DEBILIDADE PERMANENTE DE FUNÇÃO LOCOMOTORA EM GRAU LEVE (FL. 18), A IMPOR A REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO A 25% DO VALOR FIXADO, CONFORME FIXADO NA SENTENÇA. SENTENÇA QUE SE CONFIRMA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

3 - RECURSOS CONHECIDOS, MAS NÃO PROVIDOS, SEM CUSTAS PROCESSUAIS E SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. (Acórdão n.664804, 20120110976102ACJ, Relator: AISTON HENRIQUE DE SOUSA, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 19/03/2013, Publicado no DJE: 01/04/2013, Pág. 233)

APelação Cível Nº 098.2011.001770-8/001



Assim, resta demonstrado que a decisão atacada não é contrária às provas dos autos e está harmônica com a legislação, bem como com a jurisprudência, inclusive Súmula nº 474/STJ.

Por isso, o pedido da seguradora apelante, para que se proceda a multiplicação da indenização do inciso I do § 1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74 pelo percentual redutor de 45% para, então, pagar, a título de indenização, R\$ 1.890,00 (mil oitocentos e noventa reais) não merece provimento.

Com relação ao pedido recursal para que, em eventual condenação, sejam acrescidos juros de mora a partir da citação e correção monetária a partir da data da publicação da sentença, passo a decidir.

No que tange aos juros de mora nas indenizações do seguro DPVAT, estabelece a Súmula nº 426 do Superior Tribunal de Justiça: *"Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."*

Assim, merece provimento o pedido do apelo para que os juros sejam contados a partir da citação. Fixo esse ágio em 1% (um por cento) ao mês.

No que compete à correção monetária, preleciona a Súmula nº 43 do STJ: *"incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo"*.

*In casu*, a data do efetivo prejuízo se deu por ocasião do evento danoso.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça não destoa:

*"No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação."* (STJ - REsp 875876 / PR - Relator(a) Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO - Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA - Data do Julgamento 10/05/2011 - Data da Publicação/Fonte DJe 27/06/2011).

Assim sendo, o pedido da seguradora apelante para que a correção monetária ocorra a partir da publicação da sentença não merece provimento. Determino que a correção monetária seja calculada pelo INPC a

APELAÇÃO CÍVEL Nº 098.2011.001770-8/001



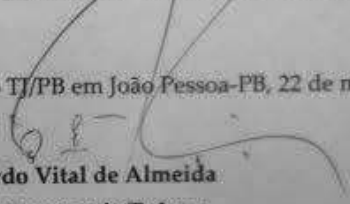
partir da data do evento danoso.

Diante do exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO APELATÓRIO**, apenas para fixar os juros de mora em 1% ao mês a partir da citação e determino o termo inicial da correção monetária pelo INPC a partir da data do evento danoso.

**É como voto.**

Presidiu o julgamento, realizado na Sessão Ordinária desta Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, no dia 07 de maio de 2013, conforme certidão de julgamento de f. 175, o Exmo. Sr. Des. José Aurélio da Cruz, dele participando, além deste Relator, o Exmo. Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides. Presente à sessão o Dr. Marcos Vilar Souto Maior, Procurador de Justiça.

Gabinete no TJ/PB em João Pessoa-PB, 22 de maio de 2012.

  
**Ricardo Vital de Almeida**  
Juiz Convocado/Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 098/2011.001770-8/001



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE QUEIMADAS – PARAIBA**

**Processo nº 098.2011.001.770-8**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, já devidamente qualificada, por meio de seus procuradores *in fine* assinados, nos autos da ação proposta por **JOSUEL LOPES GOMES**, vem, interpor **APELAÇÃO CÍVEL** à sentença proferida, com fundamento nas razões de fato e de direito aduzidas em apartado.

Requer de imediato que o presente recurso seja recebido em ambos os efeitos legais, sendo regularmente processado e, após findo o prazo para contrarrazões da parte Recorrida, seja remetido ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, para que lá seja apreciado e dado-lhe provimento integralmente.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Queimadas, 21 de junho de 2012.

**ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS**

**OAB/PE 22.718**

**Escritório Recife**

Rua da Hora, 692, Espinheiro  
CEP: 52.020-010 | Recife - PE  
Tel.: 81 2101.5757  
Fax: 81 2101.5751

alcanti@queirozcavalcanti.adv.br

**Escritório Salvador**

Av. Tancredo Neves, 1283, salas 702/703,  
Edif. Omega Empresarial Caminho das Árvores  
CEP: 41.820-020 | Salvador - BA  
Tel./Fax: 71 3271.5310 | 71 3272.1351

queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br

**Escritório João Pessoa**

Av. João Machado, 553, salas 05/06 | Centro  
CEP: 58.013-520  
João Pessoa - PB  
Tel./Fax: 83 3021.3483 | 83 3021.3482

queirozcavalcanti-pb@queirozcavalcanti.adv.br

**Escritório Fortaleza**

Av. Santos Dumont, 2828, salas 06/07,  
Edif. Torre Santos Dumont | Aldeota  
CEP: 60.150-161 | Fortaleza - CE  
Tel./Fax: 85 3032.5757

queirozcavalcanti-ce@queirozcavalcanti.adv.br



## EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

### Razões do Recurso

#### *ÍNCLITOS JULGADORES,*

Merece reforma, data máxima vênia, a Sentença a quo que julgou parcialmente procedente a presente ação, pois fora prolatada em desconpasso com a Lei e as provas constantes dos autos, como será fartamente demonstrado.

#### 1. REQUERIMENTO INICIAL

Preliminarmente requer que todas as intimações da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, referentes ao presente feito sejam efetuadas em nome de **Rostand Inácio dos Santos**, inscrito na OAB/PE sob o n. 22.718, com endereço profissional na Rua da Hora, 692, bairro Espinheiro, Recife/PE, CEP: 52020-010, sob pena de nulidade.

#### 2. DAS RAZÕES DO RECURSO

##### 2.1. Síntese Do Feito e Da Sentença Ora Vergastada

A parte autora propôs a presente ação de cobrança alegando que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 31 de setembro de 2010.

Desse modo, requereu a condenação da ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5.709,50 (cinco mil setecentos e nove reais e cinquenta centavos), a título de indenização securitária DPVAT – modalidade Invalidez.

Em defesa, a seguradora, ora recorrente, alegou a litigância de má-fé da parte autora, nas preliminares argüiu. **No mérito, sustentou a inexistência de invalidez de caráter total e permanente do autor, aduzindo que a invalidez**





apresentada pelo mesmo é parcial e incompleta, devendo assim ser indenizada, bem como a disposição de juros e correção monetária.

Muito embora as provas produzidas pelo autor não comprovem a sua invalidez total e permanente, o Nobre Magistrado *a quo* entendeu, equivocadamente, como procedente o pedido autoral, condenando a seguradora sé, ora Recorrente, ao pagamento de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Ora, a decisão do magistrado de piso é **contrária as provas constantes nos autos, pois o laudo informa que após a realização da perícia, observou-se que existia debilidade de 45% no membro inferior direito.**

Sendo assim, deve levar em conta a debilidade da parte autora, qual seja, o MEMBRO INFERIOR e deduzir do percentual da debilidade, ficando nestes moldes:

R\$ 4.252,50 (valor indenizável) - R\$ 2.362,50 (valor pago administrativamente) = **R\$ 1.890,00.**

Ademais, a condenação nos valores constantes na sentença encontra-se em dissonância com a Tabela de Cálculos da indenização em cálculos de Invalidez Permanente.

Desta feita, impossível a manutenção da r. sentença, por manifestamente contrária as provas produzidas nos autos.

### **3. DO MÉRITO – RAZÕES PARA MODIFICAÇÃO DA SENTENÇA**

#### **3.1. Da previsão da Lei 6.194/74 nos casos de invalidez permanente.**



Determinou a sentença que o valor a ser pago a parte autora é de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), o que não tem fundamento de acordo com as provas produzidas até o presente momento.

A lei 11.482/07 alterou o valor das indenizações previstas na Lei 6.194/74, e assim determinou:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*(...)*

*II – Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) – no caso de invalidez permanente; e*

*III – Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

***§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:***

*I – quando se tratar de invalidez parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a*



*indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e,*

***II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea “a”, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10 por cento, nos casos de seqüelas residuais.***

*(...)*

Vê-se que apesar da clareza do texto legal, a sentença determinou o pagamento de indenização sem ao menos levar em consideração as provas produzidas.

Como já afirmado, não há nos autos elementos probatórios que indiquem que o autor apresenta invalidez permanente em percentual que possa chegar ao valor expresso na sentença, não se podendo dessa forma arbitrar o valor da condenação.

Conforme a documentação produzida nos autos, a invalidez do autor é parcial e incompleta. Desta forma, conforme a tabela legal de grau de invalidez, juntada em anexo, deve ser calculada levando em consideração o percentual máximo do membro lesionado.

A disposição legal acima transcrita (parágrafo terceiro do artigo 3º. da lei 11.482/07) leva em consideração que apenas a invalidez total e completa será indenizada pelo teto de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Invalidez total e completa é aquela que não permite a realização de quaisquer atividades remuneradas pela vítima, ou simplesmente as normais atividades do dia a dia.



Esquemáticamente abaixo consta como se deve proceder a avaliação da debilidade da parte autora, uma vez constatada a sua existência:

INVALIDEZ	PERCENTUAL INDENIZÁVEL	PERCENTUAL DA INVALIDEZ	INDENIZAÇÃO
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	<b>70%</b> (R\$ 13.500,00) = R\$ 9.450,00	<b>45% DE</b> (R\$ 9.450,00)	<b>R\$ 4.252,50</b>

R\$ 4.252,50 (valor indenizável) - R\$ 2.362,50 (valor pago administrativamente) = **R\$ 1.890,00**

A situação do autor, contudo, é de menores proporções, não ensejando em pagamento nos valores determinados na sentença.

A tabela com cálculos de percentuais de invalidez não se trata de novidade. Pelo contrário há muito foi estipulada.

A tabela que consta na Lei 11.482/2007, nada mais é do que uma transcrição de tabela já existente. O próprio site da susep (<http://www.susep.gov.br/menuatendimento/dpvat.asp>), assim informa:

**XIX - Quais são os documentos necessários para obter a indenização?**

A vítima, ou seu beneficiário, deve dirigir-se à seguradora apresentando os seguintes documentos:



(...)

– Indenização por invalidez permanente:

a) laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima e atestando o estado de invalidez permanente, de acordo com os percentuais da Tabela das Condições Gerais de Seguro de Acidentes Pessoais, suplementadas, quando for o caso, pela Tabela de Acidentes do Trabalho e da Classificação Internacional de Doenças;

Corroborando todo o exposto acima, o STJ editou a Súmula 474, pacificando o entendimento que a indenização do Seguro DPVAT para os casos de invalidez parcial, independente da época do sinistro, deverá ser paga sempre de forma proporcional ao grau de invalidez. Vejamos o enunciado da referida Súmula:

*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.*

Desta forma, em conformidade aos entendimentos jurisprudenciais e a previsão legal sobre a matéria, requer a total improcedência do feito, não merecendo prosperar o pleito da parte autora em receber o teto máximo indenizável.

Destaque-se, outrossim, recente decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba quanto à questão:

**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Invalidez permanente parcial. Indenização. Procedência do pedido. Irresignação. Preliminares. Carência de ação. Falta de interesse processual. Rejeição. Indeferimento da petição inicial. Ausência de documento essencial à propositura da ação. Rejeição. Pagamento. Lei aplicável. “tempus regit actum”. Aplicabilidade de tabela para cálculo indenizatório. Provimento parcial do apelo.** Tendo em vista que a Seguradora, na



contestação alegou que a documentação apresentada não é suficiente para que haja o direito, percebe-se que o recebimento imediato da indenização seria inviável, ou seja, que a via administrativa, se intentada, estaria fadada ao insucesso, pelo que fica caracterizado o interesse processual no manejo da presente. **Constando dos autos laudo do IML, quantificando a lesão sofrida pelo autor, não há que se falar em ausência de documento indispensável à propositura da ação. À indenização assegurada em seguro obrigatório de responsabilidade civil – DPVAT – aplica-se a lei vigente ao tempo do fato, em razão do princípio “tempus regit actum”.**

**Em caso de invalidez permanente parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade.**

Ante o exposto, sem manifestação ministerial, AFASTADAS AS PRELIMINARES, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO, para reduzir o quantum indenizatório ao patamar de R\$ 1.350,00.

(Apelação Cível nº 004.2007.000.392-8/001, Relator: Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, 4ª Câmara Cível, TJPB, João Pessoa, 22/09/2009).

Do exposto, deve ser reformada a sentença para julgar improcedentes os pedidos.

#### **4.2. INVALIDEZ X DEBILIDADE**

Outro ponto que merece destaque é a diferença que existe entre invalidez permanente e debilidade. Uma coisa não se confunde com a outra e a Lei 6.194/74 prevê cobertura somente para o caso de invalidez permanente.

A **debilidade** caracteriza-se como uma seqüela do acidente, podendo se verificar como uma alteração na forma de uma parte do corpo, mudança na estrutura física da pessoa, resultando prejuízo visível, mas que não implica necessariamente em invalidez permanente.



Já a **invalidéz** caracteriza-se pela perda irreversível da funcionalidade de alguma parte do corpo, seja parcial ou total.

O artigo 12 da Lei 6.194/64 estabelece que o Conselho Nacional de Seguros Privados está autorizado a expedir **normas disciplinadoras** sobre o seguro obrigatório. Assim, conclui-se que o poder regulamentar conferido ao CNSP cinge-se à expedição de normas para conferir executóriedade às leis que regulam o sistema securitário brasileiro, e no caso, referente ao Seguro Obrigatório- DPVAT.

Nesse sentido, estabelece a Resolução n.º 154/06 do CNSP, art. 13, inciso II, *in verbis*:

“Art. 13. A sociedade seguradora efetuará o pagamento das indenizações a seguir especificadas, por pessoa vitimada:

(...)

II – em caso de **Invalidez Permanente**, desde que esteja **terminado o tratamento** e seja **definitivo o caráter da invalidez**, a quantia a se apurar, tomando-se por base **o percentual da incapacidade** de que for portadora a vítima, **de acordo com a tabela constante das Normas de Acidentes Pessoais**, tendo como **indenização máxima a importância segurada** prevista na norma vigente na data da liquidação do sinistro”.

Confirmando essa diferença, transcreve-se os exemplares trechos do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

“Civil. Seguro Obrigatório. Incapacidade permanente. Incomprovação. Inexistência de laudo pericial. Dispensa da prova pela própria autora.



Lauda do IML que se revela insuficiente a demonstrar o grau de invalidez permanente da autora. Acertada improcedência do pedido. **Debilidade que não se confunde com invalidez permanente.** Apelação. Desprovemento. A indenização securitária em razão de invalidez permanente é devida até o limite de 40 salários mínimos, de acordo com o grau de incapacidade laborativa da vítima, resultante do acidente. A incapacidade há de ser quantificada por perícia médica, que não se realizou diante da expressa dispensa da vítima a realizar o exame, o que justifica a rejeição do pedido.” (TJRJ. Apelação Cível 2008.001.28279. Décima Terceira Câmara Cível. Rel. Des. Nametala Machado Jorge – D.O. 07/07/2008)

**Fica bem claro que somente a invalidez permanente, total ou parcial, pode ser indenizada de acordo com a Lei 6.194/74.**

#### **4.3. Por cautela dos juros legais e da correção monetária**

Quanto a incidência de juros de mora e correção monetária em caso de procedência do pedido autoral, espera a apelante que os mesmos sejam deferidos nos termos abaixo.

Os juros de mora, em caso de eventual condenação, devem ser contados a partir da citação, consoante a prática e, ainda, iterativa Jurisprudência.

Em relação a correção monetária, espera que seja observada a data da publicação da sentença, como termo inicial para a sua incidência.

#### **5. DOS REQUERIMENTOS FINAIS**





Ante o exposto requer a reforma da sentença para, acolhendo uma das preliminares extinguir o feito, ou dar provimento ao recurso para julgar improcedente o pedido, ante a total informação do laudo pericial que levou a concluir que o autor apresenta uma invalidez de 45% no membro inferior e não a totalidade do membro, passível de indenização no valor constante da decisão de 1º grau.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.  
Queimadas, 21 de junho de 2012.

**ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS**  
**OAB/PE 22.718**



## ANEXO

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





GOVERNO DO ESTADO DA PARÁBIA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE QUEIMADAS-PIB  
RUA JOSÉ BRAS DE FRANÇA, 58 - Centro - Queimadas-PIB - 56475-000 - 83-33922611

**CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL**  
Ocorrência nº: 001526/11

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requisição verbal de pessoas interessadas que tendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 001526/11 registrada em 22/02/2011, que passou a ser conhecida na íntegra. Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2011, nesta cidade de Queimadas-PIB, estado de Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE QUEIMADAS-PIB, quando encontrava-se presente o Bel. HERIBERTO PAULINO DA COSTA FILHO, Delegado de Polícia, corrigido Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 15:56 horas, compareceu o Sr. JOSUEL LOPES GOMES, com 25 anos de idade, filho de JOSÉ LUIZ PEREIRA GOMES e JOELSA BEZERRA LOPES, de nacionalidade brasileira, natural de QUEIMADAS-PIB - PIB, Solteiro, escolaridade Fundamental Completo, profissão AGRICULTOR, portador de Cédula de Identidade Nº 3066529, expedido pela SSP-PIB, com C.P.F. de Nº 01415572459, residindo à rua JOSÉ CASSIMIRO ALVES, S/Nº, bairro CENTRO, na cidade de Queimadas-PIB - PIB.

Declarou que:

Em, no dia 31/12/2010, por volta das 22:00h, a declarante vinha conduzindo uma motocicleta HONDA CC 150 TTAN 1, 2005, de cor vermelha, chassi 9C2KCO8105R862392, placa MND 1456P8, licenciada em nome de NAYAMERCAANO ARR MERC S/A (ARR MARIA L DE F MATOS), próximo a rua da igreja, momento em que ao passar em um quicena molas ali existente, perdeu o controle da referida motocicleta caindo ao solo. Que, foi socorrido para o Hospital Felício L, na cidade de campina Grande PB, onde foi cirurgiada na sua sua perna direita, com uma fratura na tíbia CERTIFICO que nesse município de Queimadas, não existe o serviço do SAMU, nem do CORPO DE BOMBEIROS nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expede a presente certidão. O referido é verdade e dou fé.

Queimadas-PIB, Terça-feira, 22 de Fevereiro de 2011

CARLOS EDUARDO DE MIRANDA

Escrivão

Declarante

JOSUEL LOPES GOMES

**Cálculo de Atualização Monetária**

Dados básicos informados para cálculo		
<b>Descrição do cálculo</b>		
Valor Nominal	R\$ 2.362,50	
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.	
Período da correção	Dezembro/2010 a Maio/2013	
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples	
Período dos juros	14/11/2011 a 29/05/2013	

Dados calculados		
Fator de correção do período	882 dias	1,163400
Percentual correspondente	882 dias	16,339991 %
Valor corrigido para 01/05/2013	(=)	R\$ 2.748,53
Juros(562 dias-18,00000%)	(+)	R\$ 494,74
Sub Total	(=)	R\$ 3.243,27
<b>Valor total</b>	<b>(=)</b>	<b>R\$ 3.243,27</b>

**Retornar   Imprimir**

**Cálculo de Atualização Monetária**

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 5.709,50
Indexador e metodologia de cálculo	IGP-M - (FGV) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Novembro/2010 a Junho/2013
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	14/11/2010 a 10/06/2013

Dados calculados		
Fator de correção do período	943 dias	1,168940
Percentual correspondente	943 dias	16,894034 %
Valor corrigido para 01/06/2013	(=)	R\$ 6.674,06
Juros(939 dias-31,00000%)	(+)	R\$ 2.068,96
Sub Total	(=)	R\$ 8.743,02
<b>Valor total</b>	<b>(=)</b>	<b>R\$ 8.743,02</b>

**Retornar   Imprimir**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE QUEIMADAS – PARAIBA**

**Processo nº. 098.2011.001.770-8**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, já devidamente qualificada, por seus procuradores ao final assinados, com endereço profissional à Rua da Hora, 692, Espinheiro, Recife-PE, CEP 52020-010, local onde recebem intimações, nos autos da ação proposta por **JOSUEL LOPES GOMES**, vem perante V. Exa apresentar **CONTESTAÇÃO**, o que faz consoante as razões a seguir expostas para ao final requerer:

#### **1. REQUERIMENTO INICIAL**

Muito embora a parte demandada tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação nos referentes autos seja feita única e exclusivamente para a pessoa do Bel. **Rostand Inácio dos Santos, OAB/PB 22.718**.

Vale destacar que requerimento desta espécie é plenamente admissível e desrespeito ao mesmo implica em nulidade da intimação, conforme entendimento manso e pacífico, e.g.:

**Escritório Recife**  
Rua da Hora, 692, Espinheiro  
CEP: 52.020-010 | Recife - PE  
Tel.: 81 2101.5757  
Fax: 81 2101.5751  
alcanti@queirozcavalcanti.adv.br

**Escritório Salvador**  
Av. Tancredo Neves, 1283, salas 702/703,  
Edif. Omega Empresarial Caminho das Árvores  
CEP: 41.820-020 | Salvador - BA  
Tel./Fax: 71 3271.5310 | 71 3272.1351  
queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br

**Escritório João Pessoa**  
Av. João Machado, 553, salas 05/06 | Centro  
CEP: 58.013-520  
João Pessoa - PB  
Tel./Fax: 83 3021.3483 | 83 3021.3482  
queirozcavalcanti-pb@queirozcavalcanti.adv.br

**Escritório Fortaleza**  
Av. Santos Dumont, 2828, salas 06/07,  
Edif. Torre Santos Dumont | Aldeota  
CEP: 60.150-161 | Fortaleza - CE  
Tel./Fax: 85 3032.5757  
queirozcavalcanti-ce@queirozcavalcanti.adv.br



*“Havendo designação prévia e expressa do advogado que receberá as intimações, o nome deste deverá constar das publicações, sob pena de nulidade” (STJ-RT 779/182)*

Requer, assim, que todas as intimações sejam dirigidas única e exclusivamente para o referido profissional, lançando-se o nome do mesmo na capa do processo.

## **2. BREVE SÍNTESE DA LIDE**

A parte autora propôs a presente ação de cobrança alegando que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 31 de dezembro de 2010.

Em decorrência do referido acidente, diz a parte autora ter ficado debilidade permanente na perda direita.

Cabe aqui salientar que, o autor na sua inicial afirma equivocadamente ter recebido administrativamente o montante de R\$ 1.365,00 (hum mil e trezentos e sessenta e cinco reais) da Seguradora, porém, o valor citado não converge com o real valor pago ao autor, que corresponde ao montante de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme documento MEGADATA em anexo, caracterizando claramente a má-fé do autor ao proceder com o pedido indenizatório. Contudo, insatisfeito ingressa com a presente ação pleiteando, pasmem, a condenação da demandada ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5.709,50 (cinco mil e setecentos e nove reais e cinquenta centavos) título de diferença da indenização securitária.

## **3. REESTABELECENDO A VERDADE DOS FATOS**

A parte autora é litigante de má-fé. Em 24/08/2011, a parte autora formulou pedido administrativo, tendo por substrato fático o mesmo sinistro em comento, tendo recebido em 14/09/2011, a indenização referente ao sinistro *sub judice* no



importe de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Cabe aqui salientar que, o autor na sua inicial afirma equivocadamente ter recebido administrativamente o montante de R\$ 1.365,00 (hum mil e trezentos e sessenta e cinco reais) da Seguradora, porém, o valor citado não converge com o real valor pago ao autor, que corresponde ao montante de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme documento MEGADATA em anexo, caracterizando claramente a má-fé do autor ao proceder com o pedido indenizatório.

Assim, a parte autora está pleiteando em juízo verba já recebida, em típica litigância de má-fé, esperando que o tempo pudesse ter apagado os registros da indenização já recebida. Destaque-se que a presente demanda não é voltada a eventual complementação de indenização. A autora está pleiteando exatamente o mesmo valor já recebido anteriormente, o que por óbvio não pode ser aceito por este juízo.

Faz-se necessário explicitar os fatos descritos na inicial para que este Juízo possa melhor compreender a forma dos valores que deverão ser pagos a parte autora a título de indenização securitária. Ora, após o acidente, constatado que a parte autora apresente a invalidez permanente **parcial incompleta**, deve dessa forma o pagamento da indenização ser realizado de acordo com o disposto no art.3º, §1º, alínea II da lei 6194/74.

Acaso a invalidez da parte autora fosse total e completa, teria direito a receber a indenização integral de R\$ 13.500,00 prevista no artigo 3º. da lei 11.482/07. Contudo, como ela foi parcial incompleta, deve ser indenizada na exata proporção prevista em lei. Adiante-se que o pagamento de indenização conforme o percentual de invalidez não é nada de estranho ou novo em nosso ordenamento. O regimento do DPVAT sempre foi assim, como também o é, por exemplo, a legislação acidentária do INSS, como de todos sabido. Tentar pleitear indenização integral por





evento parcial é contrário ao nosso sistema e evidente tentativa de enriquecimento ilícito.

#### 4. PRELIMINARMENTE

##### 4.1. Da carência de ação por falta de interesse de agir

Ainda que se ultrapassassem os argumentos acima expostos, o que apenas se admite a título de argumentação, deve a presente demanda ser extinta por falta de interesse de agir do autor.

Como restou confirmado pelo autor na inicial, este já recebeu o valor a que fazia jus a título de indenização securitária. O autor deu total quitação dos valores a que tinha direito, sem qualquer ressalva, não restando nada a receber da demandada.

Maria Helena Diniz ensina que “(...) a prova do pagamento é a quitação, que consiste num documento em que o credor ou seu representante, reconhecendo ter recebido o pagamento de seu crédito, exonera o devedor da obrigação”(Curso de Direito Civil Brasileiro, 2º Volume. São Paulo: Saraiva, 2002, p.226). No caso em tela o autor informa o recebimento dos valores devidos a título de indenização, restando por esse motivo inviabilizada a pretensão de recebimento de indenização suplementar. É exatamente este o posicionamento do STJ:

*“Processo civil. defensoria pública. assistência judiciária. resolução da procuradoria-geral do estado de são paulo. diferença entre os honorários arbitrados judicialmente e o constante da resolução pge-sp. cobrança. impossibilidade. precedente. **O advogado que aderiu aos critérios estabelecidos na citada Resolução da Procuradoria-Geral, recebendo os honorários respectivos sem ressalvas e dando plena, geral e irretratável quitação, não pode pleitear qualquer diferença do Estado.** Inocorrência de violação do art. 22 da Lei 8906/94. Recurso especial*



*improvido.” (STJ RESP 280169 / SP; RECURSO ESPECIAL 2000/0099240-2,DJ DATA:05/08/2002 PG:00233 RSTJ VOL.:00160 PG:00203, Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, 23/04/2002, T2 - SEGUNDA TURMA).*

Isto posto, resta patente a falta de interesse de agir, vez que a indenização securitário foi devidamente paga após a regulação do sinistro, não restando ao autor nenhum direito creditório em face da demandada.

## **5. DO MÉRITO – RAZÕES PARA A IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS AUTORAIS**

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pelo autor.

Nos itens seguintes, rebater-se-ão, pontualmente, cada qual dos argumentos suscitados pelo autor, demonstrando-se, assim, o total descabimento de seus pleitos.

### **5.1. Da previsão da Lei 6.194/74 nos casos de invalidez permanente.**

Para fundamentar seu pedido, o autor sustenta que o valor pago foi sob a égide da lei 11.482/07 que alterou o valor das indenizações do seguro DPVAT. Segundo a inicial, a referida lei prevê que nos casos de Invalidez Permanente o valor indenizável é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

O art.3º - regulador das indenizações pagas pelo seguro DPVAT - tem atualmente a seguinte redação:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e despesas de assistência médica e*



suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II – Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) – no caso de invalidez permanente; e

III – Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

**§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:**

*I – quando se tratar de invalidez parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e,*

***II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea “a”, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinqüenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10 por cento, nos casos de seqüelas residuais.***

(...)

Vê-se que apesar da clareza do texto legal, o autor pretende o recebimento de indenização no valor de R\$ 5.709,50 (cinco mil e setecentos e nove reais e cinquenta centavos), o que não tem apoio na legislação em vigor, motivo esse que deve levar à improcedência do pedido. Havendo invalidez parcial, a indenização



deve ser proporcional ao mal sofrido, conforme os percentuais previstos na tabela indicada na lei.

Como já afirmado, a parte autora possui uma invalidez permanente parcial incompleta, o que ensejou o pagamento de indenização nos termos do inciso II acima transcrito.

Conforme a documentação apresentada pela parte autora, sua invalidez é apenas referente à parte do membro lesionado. Conforme a tabela legal de grau de invalidez, juntada em anexo. A disposição legal acima transcrita (parágrafo terceiro do artigo 3º. da lei 11.482/07) leva em consideração que apenas a invalidez total e completa será indenizada pelo teto de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Invalidez total e completa é aquela que não permite a realização de quaisquer atividades remuneradas pela vítima, ou simplesmente as normais atividades do dia a dia.

Esquemáticamente abaixo consta um exemplo de como se deve proceder a avaliação da debilidade:

INVALIDEZ	PERCENTUAL INDENIZÁVEL	PERCENTUAL DA INVALIDEZ	INDENIZAÇÃO
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	<b>70%</b> (R\$ 13.500,00) = R\$ 9.450,00	<b>45% de R\$ 9.450,00</b> <b>(percentual avaliado por meio de perícia médica)</b>	<b>R\$ 4.252,50 (valor indenizatório que deverá ser pago pelo percentual da perícia)</b>

**Torna-se imprescindível destacar que o uso da tabela para cálculos de percentuais de invalidez encontra-se regulado na própria Lei 11.482/2007, devendo assim ser adotada para os casos de invalidez permanente parcial.**

Sendo assim deverá ser feita a dedução do valor já recebido pela parte autora ao valor que foi calculado pela perícia.



Importante mencionar, que o STJ, em recente decisão, publicada em 31/08/2009, assim se pronunciou a respeito da indenização do seguro DPVAT ser paga proporcional ao grau de invalidez:

**CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

**I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade.**

**II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.**

**III. Recurso não conhecido.**

(REsp 1169614, Relator: Ministro Aldir Passarinho Junior, EMENTA / ACORDÃO-DJ: 31/08/2009)

Veja que o STJ, como não poderia deixar de ser, sempre aceitou a diferenciação legal da invalidez total e parcial:

*“Seguro de vida em grupo e acidentes pessoais. Acidente do trabalho. Tenossinovite. Microtraumas. Prova pericial, concluindo pela inexistência de incapacidade permanente e irreversível. – Havendo a perícia declarado ser o autor portador de lesão de natureza muito leve e em fase inicial, passível de recuperação em face dos recursos terapêuticos existentes, não há no caso incapacidade laborativa a indenizar. Recurso Especial conhecido pela divergência jurisprudencial, mas improvido”. (REsp 294.515/SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 09.11.2004, DJ 07.03.2005 p. 258)*

Destaque-se, outrossim, recente decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba quanto à questão:



**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Invalidez permanente parcial. Indenização. Procedência do pedido. Irresignação. Preliminares. Carência de ação. Falta de interesse processual. Rejeição. Indeferimento da petição inicial. Ausência de documento essencial à propositura da ação. Rejeição. Pagamento. Lei aplicável. “tempus regit actum”. Aplicabilidade de tabela para cálculo indenizatório. Provimento parcial do apelo.** Tendo em vista que a Seguradora, na contestação alegou que a documentação apresentada não é suficiente para que haja o direito, percebe-se que o recebimento imediato da indenização seria inviável, ou seja, que a via administrativa, se intentada, estaria fadada ao insucesso, pelo que fica caracterizado o interesse processual no manejo da presente. **Constando dos autos laudo do IML, quantificando a lesão sofrida pelo autor, não há que se falar em ausência de documento indispensável à propositura da ação. À indenização assegurada em seguro obrigatório de responsabilidade civil – DPVAT – aplica-se a lei vigente ao tempo do fato, em razão do princípio “tempus regit actum”.**

**Em caso de invalidez permanente parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade.**

Ante o exposto, sem manifestação ministerial, AFASTADAS AS PRELIMINARES, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO, para reduzir o quantum indenizatório ao patamar de R\$ 1.350,00.

(Apelação Cível nº 004.2007.000.392-8/001, Relator: Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, 4ª Câmara Cível, TJPB, João Pessoa, 22/09/2009).

A obrigação da demandada foi regularmente cumprida, tendo a parte autora dado quitação das obrigações da demandada, inexistindo qualquer resíduo a ser pago ao autor a título de indenização securitária.

## **5.2. Dos juros legais e da correção monetária**

Com relação aos juros de mora e a correção monetária determinados entende a ré, que os mesmos devem seguir o posicionamento mais adequado, em perfeita harmonia com a jurisprudência dominante.



*SÚMULA N. 426-STJ.*

*Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em 10/3/2010*

Assim, os juros de mora, de 1,0% ao mês, em caso de eventual condenação, devem ser contados a partir da citação, consoante a prática e, ainda, iterativa Jurisprudência.

Quanto à correção monetária, espera que seja observada a data de propositura da presente como termo inicial para a sua incidência, em observância ao disposto na Lei nº 6.899/81.

**6. DOS REQUERIMENTOS FINAIS**

Ante o exposto, passa a requerer:

*A) o acolhimento das preliminares suscitadas com a conseqüente extinção do feito sem apreciação do mérito;*

*B) a total improcedência dos pedidos autorais e a condenação do autor nos ônus da sucumbência;*

*C) Em caso de eventual condenação, seja abatido o valor da indenização já paga ao autor.*

*D) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, considerando que o Autor é beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, requer sejam os mesmos limitados ao percentual de 15%, conforme previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1060/50.*

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas.



Termos em que pede e espera deferimento.  
Queimadas, 13 de dezembro de 2011.

**ROSTAND INACIO DOS SANTOS**  
**OAB/PE 22.718**





# ANEXO

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	70
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETAM - PB		Nº 8955200046	
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO		VEÍCULO	
I	85658472-0	00/00000000	2010
PANAMERICANO ARR MEC S/A			
02682287000102		MND1456/PB	
NOVO	PB	9C2KC08105R862392	
PAS/MOTOCICLETA/ALCO		GASOLINA	
HONDA/CG 150 TITAN KS		2005 2005	
2" E/145/CI		PARTE	
IPIVA ENQUEN		20/10/2010	
A		0	
SEGUNDO		20/10/2010	
ARR MARIA L DE F HORTOS			
BAYLUX-PB		21/10/2010	
40649		8052	

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETAM - PB		Nº 8955200046	
BILHETE DE SEGURO DPVAT		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
PANAMERICANO ARR MEC S/A			
02682287000102		MND1456/PB	
PB Nº 8955200046		2010 21/10/2010	
PANAMERICANO ARR MEC S/A			
I		02682287000102	
85658472-0		HONDA/CG 150 TITAN KS	
2005		9C2KC08105R862392	
SEGUNDO		20/10/2010	
ARR MARIA L DE F HORTOS			
BAYLUX-PB		21/10/2010	
40649		8052	

Seguradora Líder dos Consórcios  
do Seguro DPVAT S/A

8062-9981-08-330101001-01



2

ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
2ª VARA DA COMARCA DE QUEIMADAS/PB  
Fórum Amarília Sales de Farias – Rua José Braz de França, s/n.º, Centro  
CEP: 58.440-000 – Tel.: (0\*\*83)3392.1156

### CARTA DE INTIMAÇÃO

Queimadas-PB, 14 de março de 2012.

AÇÃO: Ordinária Cobrança  
PROCESSO Nº: 098.2011.001.770-8  
AUTOR: Josuel Lopes Gomes  
RÉU: Seguradora Líder de Consórcios do Seguro DPVAT

Senhor:

SEGURADORA LIDER  
DIGITALIZADO EM  
19 MAR 2012

De ordem da M. Juíza de Direito desta Comarca,  
**INTIMO** Vossa Senhoria para tomar conhecimento da designação de **Audiência Preliminar aos 19-04-2012, às 10h00**, a ser realizada no Fórum Amarília Sales de Farias, município de Queimadas-PB.

Chrystina Medeiros Cavalcanti  
Técnica Judiciária

Ao  
Senhor Representante Legal  
Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A  
Rua Senador Dantas, n. 74 – 5º andar, Centro  
Rio de Janeiro-RJ  
CEP 20031-205

SEGURADORA LIDER  
16 MAR 2012  
Claudia dos Santos G...  
RG 1167803-3 (P.B. RJ)



Small of E. Caudatus  
Caudatus 1840

Sociedade limitada do MEF, ficando a responsabilidade financeira de 100%

- 
- Alfredia muscorum*

- Defect circulator

- Deficit de força no membro inferior esquerdo

Participants: Lower-Employed (women).

## CONVERSION TABLE

Proj. Sonahy de Futura e Realizant

Número do documento: 22021413035542200000051525909

```

*=====*
* Megadata Computacoes          D.P.V.A.T.          23/11/2011 18:51:42 *
* Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre *
* DPV010T      **** CONSULTA POR NOME DO SINISTRADO **** D089 / DPV042P *
*=====*
ANO / NUM. / LANC -      2011 / 327229 / 01 COD. DEPEND .. - 199
COD. SEG. .... - 5690 TIPO DOCUMENTO - 4 EX -
NUM. DOCUMENTO - PB106584720 DT.CADAST.PARC.- 00 / 00 / 0000
CATEGORIA .... - 09 DT. SINISTRO . - 31 / 12 / 2010
DT. CADAST.... - 24 / 08 / 2011 DT. RATEIO ... - 16 / 09 / 2011
NATUREZA ..... - 2 CPF VITIMA - 01415572496
NOME DA VITIMA - JOSUEL LOPES GOMES
DT. NASC. .... - 25 / 07 / 1985 VALOR INDENIZ. - 2.362,50
SEQUENCIA .... - 001 VLR COR.MON/JUR-
COD. REC/RECL. - 1 DT. PAGAMENTO - 14 / 09 / 2011
NOME RECEBEDOR - JOSUEL LOPES GOMES
CPF/CGC RECEB. - 00001415572496 DT. ATUALIZ... - 14 / 09 / 2011
PROCURADOR/INT.-
CPF/CGC PRC/INT- BOLETIM ..... - 1526 11
DELEGACIA .... - POL CIVIL UF DELEGACIA - PB
REGULACAO .... - 1 SUB-JUDICE ... - DT. RECEB.
DT. RECLAMACAO - 24 / 08 / 2011 CONF. PGTO - / /
*=====*
ENTER = CONTINUAR PF03 = FIM PF07 = VOLTA MENU

```



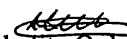


**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE QUEIMADAS  
2ª VARA**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Aos 13 (treze) dias do mês de dezembro do ano de 2011 (dois mil e onze), iniciando às 10hs15min, no edifício do fórum local, presente a Dra. **Andréa Almeida Dantas**, Juíza de Direito, foi declarada aberta **audiência nos autos do processo nº 098.2011.001.770-8**. Aos **pregões de estilo**, respondeu apenas a empresa promovida, por seu preposto, senhora **Emanuelle Rodrigues de Oliveira Lacerda**, RG nº 2654771, acompanhada de Dra. **Izabelita Q de Melo Santos**, OAB/PB nº 13.283. **Abertos os trabalhos**, observou-se que o autor não foi intimado, o que prejudica a realização da presente audiência, entretanto, nada obsta o recebimento da contestação escrita, apresentada, no dia de hoje, pela requerida, passando a mesma a fazer parte dos autos. **Por fim**, pela MM.. Juíza foi dito: deixo de designar nova audiência desde já, para determinar a intimação do autor, por seu advogado, para impugnação, diante da documentação acostada pela promovida com a contestação. Tal providência não causa prejuízo algum ao autor porque ordinariza o procedimento, o que aumenta as oportunidades de defesa para os dois lados. **Nada mais havendo, foi o presente termo encerrado.**

  
Juíza de Direito

  
Dra. **Izabelita Q de Melo Santos**

  
Sra. **Emanuelle Rodrigues de Oliveira Lacerda**



## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

PROCESSO Nº 098.2011.001.770-8 ADVOGADO: Isabela

PREPOSTO: Imanuelle CPF DO PREPOSTO: —

PREPOSTO DO CLIENTE: SIM ( ) NÃO ( )

1. DATA: 13/12/11

2. AUTOR: Paulo Lopes Gomes

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

TELEFONE DA PARTE: \_\_\_\_\_ (CAMPO OBRIGATÓRIO)

TELEFONE ADV. PARTE: \_\_\_\_\_ (CAMPO OBRIGATÓRIO)

3. RÉU: lucifer

FABRICANTE (CASOS DE DEFEITO DE PRODUTO): \_\_\_\_\_

REG/COMARCA: 2ª de Juiz de Fora

4. A OUTRA PARTE APRESENTOU DOCUMENTOS COM A INICIAL: SIM ( ) NÃO ( ). EM CASO POSITIVO TRAZER OBRIGATORIAMENTE CÓPIA DOS DOCUMENTOS

EM CASO POSITIVO, QUAIS? \_\_\_\_\_

5. PRÓXIMO EVENTO:

CONCILIAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ INSTRUÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_

SENTENÇA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ EXECUÇÃO:

☐ Exclusão da lide ☐ Desistência ☐ Autor Ausente ☐ Extinto ☐ Acordo

☐ Concluso ao Juiz ☐ Aguardando Intimação ☐ Execução ☐ Remarcação

SENTENÇA ☐ Procedente ☐ Improcedente ☐ Não prolatada /Aguardando intimação

Motivo remarcação: \_\_\_\_\_ Solicitante: \_\_\_\_\_

6. ACORDO: SIM ( ) NÃO ( )

PRAZO: \_\_\_\_\_

OBRIGAÇÃO DE FAZER: \_\_\_\_\_

OBRIGAÇÃO DE PAGAR: \_\_\_\_\_

\*\*\* Prazo de 45 dias úteis para pagamento a ser feito em depósito judicial, ou excepcionalmente conta corrente em nome do autor (constar em ata dados bancários, qualquer erro será de responsabilidade do autor que os forneceu).

7. COMENTÁRIOS DO CLIENTE/PREPOSTO – OBSERVAÇÕES:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

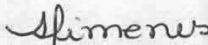


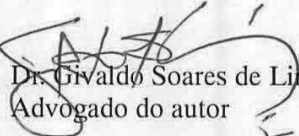


ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
2ª VARA

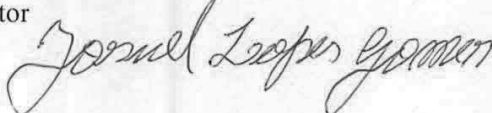
TERMO DE AUDIÊNCIA

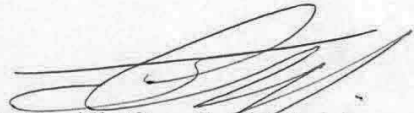
Aos 19 (dezenove) do mês de abril do ano de 2012, iniciando às 11h13min, na sala de audiências da 2ª Vara Mista da Comarca de Queimadas, presentes a MM. Juíza Andréa Dantas Ximenes, nos autos do processo nº **098.2011.001.770-8**, feitos os pregões de estilo foi certificada a presença do autor acompanhado de advogado, Dr. Givaldo Soares de Lima, OAB/PB nº 10190 e a promovida por seu preposto, senhora Emanulle Rodrigues de Oliveira Lacerda, RG nº 265.477-1 SSP/PB e CPF nº 055.256.954-21, acompanhada de Dr. Franklin Carvalho de Medeiros, OAB/PB nº 11.333. **Abertos os trabalhos**, restou frustrada tentativa de conciliação. **Ato contínuo**, pela MM. Juíza foi dito: trata-se de diferença de provável pagamento administrativo feito a menor. Imprescindível, portanto, se ter acesso a todo o respectivo processo administrativo, em especial os laudos médicos que instruíram o mesmo. Sendo assim, fica a demandada intimada para juntar aos autos cópia integral de todo o respectivo processo administrativo, especialmente laudos médicos, no prazo de 10 (dez) dias úteis. Após essa juntada, analisarei a necessidade ou não de produção de outras provas ou a possibilidade de julgamento antecipado da lide. Intimados os presentes. **Nada mais havendo, foi o presente termo encerrado e assinado por todos os presentes.**

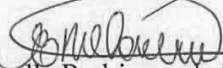
  
Andréa Dantas Ximenes  
Juíza de Direito

  
Dr. Givaldo Soares de Lima  
Advogado do autor

Josuel Lopes Gomes  
Autor



  
Dr. Franklin Carvalho de Medeiros  
Advogado da promovida

  
Emanulle Rodrigues de Oliveira Lacerda  
Preposto da promovida





## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

PROCESSO Nº 097.2011.001.7728 ADVOGADO: Franklin Medeiros

PREPOSTO: Emmanuelle Rodrigues CPF DO PREPOSTO: —

PREPOSTO DO CLIENTE: SIM ( ) NÃO (☒)

1. DATA: 19/04/12

2. AUTOR: Samuel Lopes Gomes

CPF/CNPJ: —

TELEFONE DA PARTE: — (CAMPO OBRIGATÓRIO)

TELEFONE ADV. PARTE: 9973-7476 (CAMPO OBRIGATÓRIO)

3. RÉU: Seguradora LIDER

FABRICANTE (CASOS DE DEFEITO DE PRODUTO): —

JEC/COMARCA: 2ª de Queimadas

4. A OUTRA PARTE APRESENTOU DOCUMENTOS COM A INICIAL: SIM ( ) NÃO ( ). EM CASO POSITIVO TRAZER OBRIGATORIAMENTE CÓPIA DOS DOCUMENTOS

EM CASO POSITIVO, QUAIS? —

5. PRÓXIMO EVENTO:

CONCILIAÇÃO: — / — / — - — : — INSTRUÇÃO: — / — / — - — : —

SENTENÇA: — / — / — - — : — EXECUÇÃO: —

☐ Exclusão da lide ☐ Desistência ☐ Autor Ausente ☐ Extinto ☐ Acordo  
☐ Concluso ao Juiz ☐ Aguardando Intimação ☐ Execução ☐ Remarcação

SENTENÇA ☐ Procedente ☐ Improcedente ☐ Não prolatada /Aguardando intimação

Motivo remarcação: — Solicitante: —

6. ACORDO: SIM ( ) NÃO ( )

PRAZO: —

OBRIGAÇÃO DE FAZER: —

OBRIGAÇÃO DE PAGAR: —

\*\*\* Prazo de 45 dias úteis para pagamento a ser feito em depósito judicial, ou excepcionalmente conta corrente em nome do autor (constar em ata dados bancários, qualquer erro será de responsabilidade do autor que os forneceu).

7. COMENTÁRIOS DO CLIENTE/PREPOSTO – OBSERVAÇÕES:

A seguradora deverá intimar em juntar cópia do  
processo administrativo integral no prazo de 10 dias úteis.



## Relatório Detalhado do Processo

(Código do Processo =78106)

09820110017708 (ID 78106)		Tribunal de Justiça da Paraíba	Queimadas
Matéria:	Cível	Data Distribuição:	28/10/2011
Tipo de Ação:	Sumária	Data Citação:	14/11/2011
Fase:	Encerrado (29/11/2011)	Pasta DPVAT JURÍDICO:	815585
Vara/Juizado:	2ª Vara Cível		
Escritório Responsável:	QUEIROZ CAVALCANTI ADVOGADOS		
Seguradora Consorciada:	Sim	Código Seguradora:	327-1
		Seguro Facultativo:	Não

**Partes**

Autor / Beneficiário	<b>Josuel Lopes Gomes (014.155.724-96 )</b> Rua José Cassimiro Alves, s/nº - Centro - Queimadas -PB /
Advogado Autor / Beneficiário	<b>Givaldo Soares de Lima (OAB/PB 10.190)</b> Rua Estácio Tavares Wanderley Nº265 Sala 501 - - Campina Grande / Telefone: (83)3337-4300 Telefone1: (83) 3321-2653 Telefone3: (83) 3322-2653 Telefone4: (83) 9973-7476
Réu	<b>Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT (09.248.608/0001-04)</b> Rua Senador Dantas, n.º 74 - Centro - Rio de Janeiro / Telefone: (21)3861-4600 Tipo Pessoa: Jurídica
Vítima	<b>Josuel Lopes Gomes (014.155.724-96 )</b> Rua José Cassimiro Alves, s/nº - Centro - Queimadas -PB /

**Análise Prévia**

Valor Causa: 5.709,50

Objetos: Diferença de Pgt em Invalidez (Possível)

Cessão de Direito: Não

Outra Ação no DPVAT JURÍDICO: Não

Sinistro no MEGADATA: Sim

**Sinistro Administrativo**

Nº do Sinistro: 2011 / 327229 / 01  
Natureza do Sinistro: 02 - Invalidez Parcial  
Regulação: 1 - Pago (19/09/2011 - )  
Valor: 2.362,50

Há Laudo Administrativo: Não

Alegação de Recebimento Sinistro Administrativo: Sim

Valor: 1.365,00

Litispendência: Não

Coisa Julgada: Não

Prescrição: Não

Pendente de Documentos: Não

Regulação Localizada pelo Núcleo de Conciliação: Não

**Análise Técnica**

Boletim de Ocorrência: Sim

Data do Sinistro: 31/12/2010

Número: 1526  
UF: PB

Data do Registro: 22/02/2011

Local: Polícia Civil  
Local do Sinistro: Queimadas

Certidão de Óbito: Não

Incompetência: Não

Veículo Estrangeiro: Não

Categoria/Veículos Envolvidos: 9 - motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares

Categoria/Veículo No Qual Estava a Vítima: 9 - motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares

Laudo de Invalidez (Emitido por médico Particular): Não

Laudo do IML: Não

Perícia Judicial: Não



**Relatório Detalhado do Processo**

(Código do Processo =78106)

**Escritório Contencioso Encaminhou Documentos do Processo:** Sim (Dentro do Prazo)**Regulação Localizada pelo Núcleo de Conciliação:** Não**Possibilidade de Acordo:** Não**Falta de Documento Essencial:** Sim**Invalidez Permanente ou Reembolso de DAMS:** Laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente, atestando o estado de invalidez permanente, bem como quantificando e qualificando as lesões físicas ou psíquicas da vítima**Parecer de Informação:** Inicialmente, observamos que o sinistro é posterior à MP 451/08, sendo, neste caso, aplicável a tabela de gradação da Lei 11.945/2009 a todos os Estados.

Pela análise da petição inicial e do GProc, não restaram configuradas litispendência, coisa julgada e prescrição.

Houve pagamento administrativo em favor do autor, realizado em 19/09/2011, no valor de R\$ 2.362,50.

Em análise à documentação que instrui a petição inicial, verificamos que não foi juntado o laudo do IML, documento indispensável para a constatação da invalidez permanente sofrida pela parte autora.

Por outro lado, por ocasião da emissão do presente parecer, não tivemos acesso ao laudo da seguradora que ensejou o pagamento administrativo.

A ausência de laudo de invalidez do IML e da seguradora, em especial, torna prejudicada a análise de eventual proposta de acordo, bem como a verificação da correta aplicação da tabela de gradação prevista na Lei 11.945/2009.

Esta manifestação é meramente informativa, cabendo ao escritório a análise detalhada da ação para defesa.





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE QUEIMADAS  
2ª VARA

Processo nº 098.2011.001.770-8

ORDINÁRIA DE COBRANÇA

Promovente : Josuel Lopes Gomes

Promovida : Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro

SENTENÇA

DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA. REPERCUSSÃO MÉDIA. PAGAMENTO COMO REPERCUSSÃO LEVE. ANÁLISE POR MÉDICO CUJA ESPECIALIDADE NÃO É CONHECIDA. DOCUMENTAÇÃO DO AUTOR SUBSCRITA POR ESPECIALISTA INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR A QUANTIFICAÇÃO FEITA OU SUGERIR NECESSIDADE DE PERÍCIA JUDICIAL. JUGALMENTO ANTECIPADO. SALDO EXISTENTE. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO.

Vistos, etc.

Josuel Lopes Gomes ingressou com a presente ação de cobrança contra a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A alegando ter havido liquidação de sinistro com pagamento a menor.

Em contestação, arguiu-se, em preliminar, carência de ação por existência de quitação e, no mérito, improcedência do pedido, mas invocando ainda forma de cálculo prevista em legislação já ultrapassada.

Foi juntado aos autos cópia integral do respectivo processo administrativo através do qual se liquidou o sinistro em questão.

É o que importa relatar.

**DECIDO:**

Embora a discussão não seja apenas de direito, pela documentação acostada não vislumbro a necessidade de perícia e nem da produção de outras provas, comportando o processo julgamento no estado em que se encontra, já tendo em Juízo, a quem as provas são dirigidas, formado seu convencimento, especialmente porque a documentação médica na qual se baseou a requerida para liquidar o sinistro, é exatamente a mesma anexada pelo autor com a inicial.

Não se discute mais que o valor do seguro DPVAT, em caso de

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO  
DA PARAÍBA  
Andréa Dantas Ximenes  
Juiz de Direito - Matr. 473.585-3



104  
invalidez, é de ATÉ R\$ 13.500,0 (treze mil e quinhentos reais) e não EXAMENTE R\$ 13.500,00.

No caso dos autos fica fácil observar não ter o requerente direito ao teto (ou seja, os R\$ 13.500,00 integrais), pois esse valor só é devido havendo invalidez total, o que não é o caso do autor, de acordo com a própria documentação acostada por ele.

Então, inevitavelmente se entra nos percentuais de pagamento previstos para os casos de invalidez parcial, podendo ser ela completa (perda total da função ou anatômica), o que também não é o caso do demandante, ou incompleta, e nessa hipótese se parte para observar se houve repercussão grave (75%), média (50%) ou leve (25%), ou, ainda e por fim, se o que existe é mero resíduo (10%).

De acordo com o documento de fl. 08, o promovente teve 45% de perda funcional do membro inferior direito, o que, entendo, faz com que tenha direito a indenização no valor de R\$ 4.725,00 (repercussão média – 50% dos 70% de R\$ 13.000,00). Deduzindo o valor já pago (R\$ 2.362,50), verifico haver saldo remanescente de R\$ 2.362,50.

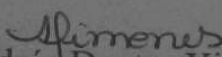
É bem verdade que a mesma documentação médica apresentada com a inicial deste processo foi avaliada administrativamente por um médico, pelo que observo às fls. 99, mas cuja especialidade não se tem conhecimento, ao contrário do profissional que subscreve o documento de fls. 08, inclusive que também exerce, eventualmente, a função de perito judicial. Ainda que esse documento tenha sido produzido nos autos de forma unilateral, não observo elementos capazes de infirmá-lo ou a sugerir a necessidade de realização de perícia judicial para dirimir a divergência.

Isto posto, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte promovida ao pagamento de R\$ 2.362,50, corresponde à diferença devida pela liquidação de sinistro referente ao processo administrativo cujas cópias estão às fls. 80/102 dos autos em razão de ter havido pagamento a menor. Considerando a sucumbência recíproca, pois a parte autora entendia ter direito a R\$ 5.709,50, cada parte arca com os honorários de seu advogado e as custas e despesas devem ser rateadas meio a meio.

P.R.I.

Transitada em julgado, intime-se a parte promovida para comprovar o cumprimento voluntário do julgado, no prazo do art. 475-J do CPC.

Queimadas (PB), 03 de junho de 2012.

  
Andréa Dantas Ximenes  
Juíza de Direito



## PUBLICAÇÃO E REGISTRO DE SENTENÇA

Certifico que, nesta data, publiquei e registrei a

sentença de fls. 05/112

em 03 de junho de 2012, às 11 horas, no dia 06 de junho de 2012.

Quem assina, Analista Técnico Judiciário

[Assinatura]

## NOTA DE FORO

Certifico que, nesta data, expedii a Nota de Foro nº 102/12

para os Bels. Restand. Inácio (adv. [Assinatura]) e Givaldo

Queimadas, 14/06/12 [Assinatura] [Assinatura] do au

[Assinatura] [Assinatura] [Assinatura]

sentença



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE QUEIMADAS – PB**

**Processo 098.2011.001.770-8**


**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que lhe promove **JOSUEL LOPES GOMES** por meio de seus advogados que esta subscreve vem respeitosamente a presença de V. Exa., requerer a juntada de guia de pagamento de Condenação.

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de cumprimento da obrigação, arquivamento do feito e sua baixa no distribuidor.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Queimadas, 10 de junho de 2013

  
**Rosând Inácio dos Santos**  
**OAB/PE 22.718**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA  
Autor: JOSUEL LOPES GOMES  
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS  
QUEIMADAS - 2 VARA CÍVEL  
Processo: 09820110017708 - ID 081230000001214169  
Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao  
pgto em [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)>Governo>Judiciário>Guia Dep. Judicial  
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente  
para efetivação do depósito.

10/06/2013 - BANCO DO BRASIL - 11:43:30  
484417273 0121

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

BANCO DO BRASIL S.A.  
00100000000161078800041466430182100000000324327  
NOSSO NÚMERO 16107880041466430  
CONVENIO 01610788  
SISTEMA DJO - DEPOSITO JUDICIAL 2234/99747159  
AGENCIA/COD. CEDENTE 10/06/2013  
DATA DO PAGAMENTO 3,243,27  
VALOR DO DOCUMENTO 3,243,27  
VALOR COBRADO 1769 5206,440,002 705,986  
DADOS CHEQUE: 001 001

NR. AUTENTICAÇÃO A. ICC, 4C9, D72, 807, 597  
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

Nome do Cliente		Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS		Contra Apresentação	3.243,27
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica	
2234 / 99747159-X	16107880041466430		





## AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

1004039



## AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO/ CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DE SINISTRO DPVAT

Nº DO SINISTRO

EU JOSUEL LOPES GOMESPORTADOR(A) DO RGº( ☒ ) CTPS( ) OUTRO( ) Nº 3099529EXPEDIDO POR SSP/PB EM(DATA) 26.02.03CPF 014.155.724-96 PROFISSÃO AGRICULTOR~ RENDA MENSAL DE R\$ UNO POSSUO

CNPJ( ) E NA

QUALIDADE DE FAVORECIDO(A) / BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE A  
INDENIZAÇÃO/ REEMBOLSO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT DA  
VÍTIMA JOSUEL LOPES GOMES

AUTORIZO A SEGURADORA / REGULADORA

EXCELSIOR SEGUROS

A EFETUAR O RESPECTIVO

PAGAMENTO / CRÉDITO, DE ACORDO COM A FORMA INDICADA:

1. [ ] CRÉDITO EM CONTA CORRENTE

BANCO nº \_\_\_\_\_ AGENCIA \_\_\_\_\_ C/C nº \_\_\_\_\_

2. [ ] CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRASIL - VARIAÇÃO 01

BANCO nº 001 AGENCIA \_\_\_\_\_ C/P nº \_\_\_\_\_

3. [ ] CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ

BANCO nº 341 AGENCIA \_\_\_\_\_ C/P nº \_\_\_\_\_

4. [ ☒ ] CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONOMICA FEDERALBANCO nº 104 AGENCIA 3987 OP nº 013 C/P nº 00003902-85. [ ] CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BRADESCO

BANCO nº 237 AGENCIA \_\_\_\_\_ C/P nº \_\_\_\_\_

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.

UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO DE  
ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E  
DOU QUITAÇÃO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.LOCAL / DATA Queimadas - PB, 05.08.2011.Josuel Lopes Gomes

ASSINATURA DO FAVORECIDO (A) / BENEFICIÁRIO (A) OU PROCURADOR





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE QUEIMADAS-PB

Rua José Bras de França, 59 - Centro - Queimadas-PB - 58475-000 - 83-33922611

BOLETIM DE OCORRÊNCIA  
1004026



OCORRÊNCIA Nº 001526/11

### CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 001526/11 registrada em 22/02/2011, que passo a transcrever na íntegra: Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de 2011, nesta cidade de Queimadas-PB, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE QUEIMADAS-PB, quando encontrava-se presente o Bel. HERIBERTO PAULINO DA COSTA FILHO, Delegado de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 15:56 horas, compareceu o Sr. JOSUEL LOPES GOMES, com 25 anos de idade, filho de JOSÉ LUIZ PEREIRA GOMES e JOELSA BEZERRA LOPES, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de QUEIMADAS-PB - PB, Solteiro, escolaridade Fundamental Completo, profissão AGRICULTOR, portador da Cédula de Identidade Nº 3099529, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 01415572496, residindo à rua JOSÉ CASSIMIRO ALVES, S/Nº, bairro CENTRO, na cidade de Queimadas-PB - PB.

#### Declarou que:

Que, no dia 31/12/2010, por volta das 22:00h, o declarante vinha conduzindo uma motocicleta HONDA CG 150 TITAN KS, 2005, de cor vermelha, chassi 9C2KCO8105R862392, placa MND 1456PB, licenciada em nome de PANAMERICANO ARR MERC S/A (ARR MARIA L DE F MATOS), próximo a rua da Igreja, momento em que ao passar em um quebra molas ali existente, perdeu o controle da referida motocicleta caindo ao solo; Que, foi socorrido para o Hospital Pedro I, na cidade de campina Grande PB, onde foi cirurgiado na sua perna direita, com uma fratura na tibia. CERTIFICO que nesse município de Queimadas, não existe o serviço do SAMU, nem do CORPO DE BOMBEIROS. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, excepo a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

Queimadas-PB, Terça-feira, 22 de Fevereiro de 2011



JOSUEL LOPES GOMES

Declarante

  
CARLOS EDUARDO DE MIRANDA

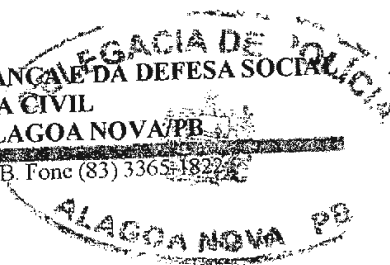
Escrivão





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ALAGOA NOVA/PB  
Av. São Sebastião, 205 – Centro – Alagoa Nova/PB. Fone (83) 3365-1822



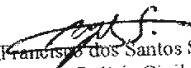
CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DE IML  
1004029



**- CERTIDÃO -**

Certifico para os devidos fins de direito, que no Estado da Paraíba só existem três Unidades de Medicina e Odontologia Legal (NUMOL) como sendo João Pessoa, Campina Grande- PB e Patos. O referido é verdade, dou fé.

Alagoa Nova- PB, 20 de Julho de 2011.

  
Marcelo Francisco dos Santos Silva  
Escrivão de Polícia Civil  
Mat. 155.444-1



COMPROVANTE DE RESIDENCIA  
1004040



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, TOSUEL LOPES GOMES,  
CPF 014.155.724-96, RG 3099529  
SSP/PB declaro para fazer prova junto a  
SEGURADORA LIDER / FENASEG, referente ao seguro  
DPVAT que resido a :  
RUA: JOSE CASSIMIRO ALVES S/N

Bairro: CENTRO, Cidade Quinadas - PB  
CEP 58100-000  
E-mail

Quinadas - PB, 05 de Agosto de 2011.

Declaro que as informações acima descritas são verdadeiras, na forma do ART.1º da Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983, Art.3º do mesmo diploma estou ciente da responsabilidade da presente declaração, inclusive das sanções do Art.299 do Código Penal Brasileiro.

Tosuel Lopes Gomes  
assinatura

f. 083. 8893-9170



Dra. Sonaly de Fátima Cavalcanti

Crefto 6637

Especialização em Trauma-ortopedia

Perito em Juízo em Fisioterapia

Avaliação em Juízo em Fisioterapia

DOCUMENTACAO MEDICO HOSPITALAR

1004031



### LAUDO FISIOTERAPICO

Paciente: Josuel Lopes Gomes.

Endereço: Rua: José Casemiro Alves, 364, Sítio Zé Velho, Queimadas, PB

Paciente acima sofreu acidente de trânsito dia 01 de janeiro de 2011, socorrido para o Hospital Regional Pedro I, conforme documentação em anexo.

Foi submetido à redução cirúrgica de perna direita com fixador externo.

- Déficit de força no membro inferior esquerdo.
- Déficit circulatório.
- Atrofia muscular.
- Deambulação com claudicação.

Seqüela definitiva do MII levando a incapacidade funcional de 45%.

Alta definitiva em 13 de maio de 2011.

*Sonaly de F. Cavalcanti*  
Sonaly de F. Cavalcanti  
CREFTO- 6637

Rua, Siqueira Campos, 602, Centro, Campina Grande, PB Tel. 83 88018127



## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL PEDRO I	2 - CNES 2363070
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL PEDRO I	4 - CNES 2363070

## Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE JOSUELOPES GOMES	6 - Nº DO PRONTUÁRIO 77211
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)	8 - DATA DE NASCIMENTO 25/07/1985
9 - SEXO Masculino <input checked="" type="checkbox"/> 1 Feminino <input type="checkbox"/> 3	10 - RAÇA/COR
11 - NOME DA MÃE JOELS BEZERRA LOPES	12 - TELEFONE DE CONTATO 91713018
13 - NOME DO RESPONSÁVEL JOSUELOPES GOMES	14 - TELEFONE DE CONTATO 91713018
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) SIT LOTEAMENTO CASSIO CUNHA LIMA,	
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA QUEIMADAS	17 - CÓD. IBGE MUNICÍPIO U2507
18 - UF PB	19 - CEP 58440000

## JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Paciente com dor, edema e deformidade em perna @
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO O quadro clínico
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) Exame clínico e radiológico
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL Fratura perna @
24 - CID 10 PRINCIPAL
25 - CID 10 SECUNDÁRIO
26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO Redução cirúrgica fratura perna	28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 0408050500
29 - CLÍNICA enf	30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO urg
31 - DOCUMENTO CNS ( ) CPF	32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE 210381544870501006
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE ASSISTENTE Gedeon N. Barbosa	34 - DATA DA SOLICITAÇÃO 03/01/11
35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)	

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO	39 - CNPJ DA SEGURADORA	40 - Nº DO BILHETE	41 - SÉRIE
37 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO	42 - CNPJ DA EMPRESA	43 - CNAE DA EMPRESA	44 - CBOR
38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO			
45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO			

## AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR HOSPITAL PEDRO I	47 - CÓD. ORGÃO EMISSOR	52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
48 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF	49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	
50 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO) CNS 53 - CPF 053778304-3	51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)	



## REGISTRO DE INTERNAÇÃO

HORA: 00:55:52

Prontuário

77211

\*\*\*\*\*

Atendimento

479855

\*\*\*\*\*

Reserva/Guia

\*INTERNACAO\*

INTERNAC

Data 01/01/2011 Hora 00:55

Paciente

IOSUEL LOPES GOMES [CPF: ]

Sexo Est. Civil

M

Dt Nasc.

25/07/1985

Telefone

91713018

R.G.

3099529

Código CNS

Endereço

LOTEAMENTO CASSIO CUNHA LIMA

Bairro

Num. Complemento

Profissão

6-12.15

Cidade

QUEIMADAS

UF

PB

Nome da Mãe

JOELSA BEZERRA LOPES

Responsável

IOSUEL LOPES GOMES

Bairro

Endereço

LOTEAMENTO CASSIO CUNHA LIMA

Cidade

QUEIMADAS

Num.

Cep

58440000

Telefone

91713018

Médico Atendente

3700184 GODOFREDO NASCIMENTO BORB [CRM: 1863] [CPF: 13142704434]

Procedimento

Médico Acompanhante

8700184 GODOFREDO NASCIMENTO [CRM: 1863] [CPF: 13142704434]

Cid

Setor

100000 RECEPCAO SUS

Convênio

50 SUS

Origem

Acomodação

POSTO: - ENFERMARIA: - LEITO:

Data mín. para alta - 01/01/2011

Data máx. para alta - 01/01/2011

Atendente -

ELIANE SANTOS

## Resumo de Tratamento

Acompanhante.....? [ ] Sim [ ] Não Data admissão 01/01/2011

Data alta

Internação anterior...? [ ] Sim [ ] Não Hora admissão :

Hora alta

Alta....: Curado.....: [ ]	Melhorado.....: [ ]	Inalterado.....: [ ]	Clínica.: Médica.....: [ ] Cirúrgica.....: [ ] Obstétrica.....: [ ]
Piorado.....: [ ]	A pedido.....: [ ]	Indisciplina.....: [ ]	
Transferido....: [ ]	Falecimento....: [ ]	Evasão.....: [ ]	

## Diagnóstico:

Internação.: Fratura perna D

Cid

Definitivo...:

## Histórico:

Alta - 1

Perm - 2

Transf - 3

Óbito - 4

Raio X:

[ ] Simples

[ ] C/Contraste

Uti

Entrada

Saída

Motivo

Caract. Trat.

[ ] Sangue.: [ ] Rh.: [ ] [ ] A [ ] B [ ] C [ ] D [ ] E [ ] F [ ] G

Carimbo e Assinatura do Médico



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 14/02/2022 13:03:56

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021413035542200000051525909

Número do documento: 22021413035542200000051525909

Num. 54387972 - Pág. 66

## MATERIAL UTILIZADO EM CIRURGIA

Hospital: Peduli I Código: \_\_\_\_\_

Procedimento: Festivos FIA Cód. do Procedimento: \_\_\_\_\_

Paciente: JOAQUIN LOPEZ GOMEZ

Data da Cirurgia: 01/01/11 Prontuário Nº:  Convênio: \_\_\_\_\_

Cirurgião: 60001000 Código:                      ☐ Reposição ☐ Caixa Pronta

## DESCRIÇÃO DE PRODUTOS UTILIZADOS

[illegible]

## ESPECIFICAÇÃO DE PARAFUSOS

PARAFUSO	Nº							Valor Unt.	Valor Total
CORTICAL 3.5mm	Qtd.								
	Cód.								
PARAFUSO	Nº								
CORTICAL 4.5mm	Qtd.								
	Cód.								
PARAFUSO	Nº								
ESPONJOSO 4.0mm	Qtd.								
	Cód.								
PARAFUSO	Nº								
ESPONJOSO 6.5mm	Qtd.								
ESP. R/16 CURTA	Cód.								
PARAFUSO	Nº								
ESPONJOSO 6.5mm	Qtd.								
ESP. R/32 LONGA	Cód.								
PARAFUSO	Nº								
MALEOLAR 4.5mm	Qtd.								
	Cód.								

Obs.: O preenchimento do prontuário é obrigatório.

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO CONSULTOR DE VENDAS

Condições de pagamento: \_\_\_\_\_

Faturar N.F. para: \_\_\_\_\_


Cód. do consultor: \_\_\_\_\_ Total: \_\_\_\_\_

### PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO ESTOQUE


Nº do pedido: \_\_\_\_\_





 <b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)</b>	Folha 1/2
<b>Identificação do Estabelecimento de Saúde</b>			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		4 - CNES	
<b>Identificação do Paciente</b>			
5 - NOME DO PACIENTE		6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO	
9 - SEXO		10 - RAÇA/COR	
11 - NOME DA MÃE		12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL		14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)		16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	
17 - CDD. IBGE MUNICÍPIO		18 - UF	
19 - CEP		20 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)	
<b>MUDANÇA DE PROCEDIMENTO</b>			
21 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR		22 - CDD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
23 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA		24 - CDD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
25 - DIAGNÓSTICO INICIAL		26 - CID 10 PRINCIPAL	
27 - CID 10 SECUNDÁRIO		28 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
<b>SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)</b>			
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL		30 - CDD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
31 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III			
32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		33 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
34 - QTDE.		35 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
36 - QTDE.		37 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
38 - QTDE.		39 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
40 - QTDE.		41 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO	
01 Fixador externo 06 limes de Schanz			
<b>PROFISSIONAL SOLICITANTE</b>			
42 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		43 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
44 - DOCUMENTO		45 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
46 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)		47 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	
48 - CDD. ÓRGÃO EMISSOR		49 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
50 - DOCUMENTO		51 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
52 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)		53 - CDD. ÓRGÃO EMISSOR	
54 - DATA DA AUTORIZAÇÃO		55 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	





# HOSPITAL PEDRO I

## DESCRIÇÃO CIRURGIA

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do paciente	Paulo Lopes Gomes		
Convênio	Enfermaria	Leito	

Cirurgião	Dr. Godofredo	Anestesista	
1º Auxiliar	Dr. Baiton	Tipo de Anestesia	
2º Auxiliar		Instrumentador	
3º Auxiliar			
Diagnóstico pré-operatório	Fratura perna D.		

Tipo de operação Redução cirúrgica fratura perna

Diagnóstico pós-operatório O mesmo

Exames solicitados no ato cirúrgico Rx p/ controle

Evento durante a operação Não houve.

## DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Mat. Empregada

1. Paciente sob anestesia
2. Antissepsia + oxigenação
3. Colocação de campos
4. Acesso anterior
5. Dissecção por planos
6. Redução da fratura
7. Fixação da fratura
8. Sutura por planos
9. Curativo

Dr. Godofredo Nascimento Baiton  
CRM 100.123.456  
12/12/2021

Hospital Pedro I  
Instituto de Diagnóstico e Referencia Epidemiológica

Assinatura






P: 474233  
 AC: 479855

## MATERIAIS UTILIZADOS NA CIRURGIA

MEDICAMENTOS E ANESTÉSICOS		Quant.	MATERIAIS	Quant.
Água Bidestilada	10ml	024ml	Atad. Crepom 10 cm	
Aminofilina			Atad. Crepom 15 cm	011ml
Adrenalina			Atad. Crepom 30 cm	
Atropina			Atad. Gessada 10 cm	
Baralgin			Atad. Gessada 15 cm	
Bicarbonato			Luvas 8.0	
Dienpax			Algodão ortopédico	015 Gr.
Decadron			Aciflex	
Dolantina			Cat. Gut Sertix	
Éter Anestésico			Cat. Gut Simples	
Fentanil			Cat. Gut Cromado	
Fenergan			Esparadrapo	30cm
Flaxedil			Gase	06. Pacote
Forane			Lâmina p/ Bisturi N. 24	01 Unidade
Gilcose			Linho	
Halotano			Mononylon 2.0	
Inoval			Prolene	
Lidocaina			Seda	
Naloxona	Guammina 80mg	03 Ambs	Seda Virgem	
Albucina 0.5% 100ml		01 Ambs	Seda 8-0	
Leptotenu		02 Gr.	Sutupak	
Plasil			Sonda Nelaton	
Prostigmine			Sonda Retal	
Quelicin			Sonda Foley	
Solu-Cortef			Sonda T	
Styptanon			Sonta Nasogástrica	
Thionembatal			Vicryl	
Xilocalina			Mersilene	
Ketalar			Scalp G.D.C. N. 20	01 Ambs
MATERIAIS SÍNTESE		Quant.	OUTROS MATERIAIS	Quant.
Acetábulo			Ar comprimido	
Cimento Ósseo			Oxigênio 2L/M	
Fio Kirschner			Protóxido	
Fio Steimann			Dorçimento	80cm
Grampos Blount			Alumínio 2mm	10cm
Haste Kuntscher			Alumínio 4mm	80cm
Parafuso Auto-compressão			Alumínio 6mm	1/4 Ambs
Parafuso cortical G. Frag.			Alumínio de rosca N. 25	02 Ambs
Parafuso Maleolar			" " " N. 27	01 Ambs
Parafuso peq. Frag.			Serragem de 10	02 Ambs
Placa Peq. Frag.			" " " de 05	03 Ambs
Placa auto-compressão estreita			3000 Aluminos	5 Ambs
Placa auto-compressão larga			" " " " "	3 Ambs
Parafuso placa de Richards			" " " " "	3 Ambs
Prótese de Charnley			" " " " "	3 Ambs
Serra Gigle			" " " " "	3 Ambs
Tompson			Alumínio 0.2	01 Ambs

*[Assinatura]*  
 Enfermeira Responsável



HOSPITAL		NOME		Nº		CIDADE		UF	
 <b>PEDRO</b>		<b>JOSEEL LOPES GOMES</b>		<b>25</b>		<b>PARAGUARI</b>		<b>PR</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>		<b>5.º TR LOTEAMENTO CAS.º 2 Cambé Grande</b>		<b>—</b>		<b>—</b>		<b>—</b>	
<b>ENFERMAGEM</b>		<b>LEITO</b>		<b>CONVÊNIO</b>		<b>—</b>		<b>—</b>	
<b>Assinatura</b>				<b>Assinatura</b>				<b>Assinatura</b>	

## EVOLUÇÃO TERAPÊUTICA MÉDICA

[illegible]

Hospital



# FOLHA DE ENFERMAGEM

Acompanhando Gerações

Nome <i>João Luiz Lopes Gomes</i>	ENF.: <i>5</i>	LEITO: <i>3</i>
--------------------------------------	-------------------	--------------------

DATA	HORA	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	PA	T	P	R
<i>01/01</i>	<i>2:00</i>	<i>pac. em pós operatório</i>				
<i>01</i>		<i>sem anomalias</i>				
		<i>em venoclise feita</i>				
		<i>com trocas</i>	<i>11x8</i>	-	-	-
	<i>8hs</i>	<i>Paciente pós operatório sem queixa</i>	<i>100</i>			
		<i>no momento, feito controle</i>	<i>100</i>			
		<i>Mayra Marques</i> <i>TEC. ENFERMAGEM</i> <i>COFEN 626/10</i>				
<i>01/01/21</i>	<i>14:00</i>	<i>Paciente apresentando</i>	<i>130</i>			
		<i>sangramento no</i>	<i>80</i>			
		<i>fixador, feito</i>				
		<i>controle, curativo</i>				
		<i>e elevado o decúbito</i>				
		<i>Assinatura Suelio Moreira Torres</i> <i>Téc. de Enfermagem</i> <i>COFEN 385683-PE</i>				
<i>02/01</i>		<i>Paciente pós operatório</i>				
		<i>evoluindo sem queixa</i>				
		<i>(Anexo 120180)</i>				

*Hospital Pedro I*  
*Unidade de Pronto Socorro*



## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Os abaixo assinados, paciente e seu responsável, AUTORIZAM o corpo clínico do(a) HOSPITAL PEDRO I de CAMPINA ANDE - PB a praticar qualquer tratamento médico ou cirúrgico, bem como atos anestésicos, transfusões e realizar ainda as investigações que julgar necessárias ao diagnóstico, inclusive exames complementares.

O responsável se compromete ainda pela retirada do paciente dentro de 24 horas após lhe haver dado alta.

CAMPINA GRANDE - PB, 01/01/2011

Paciente: JOSUEL LOPES GOMES  
Responsável: JOSUEL LOPES GOMES  
Endereço: SIT LOTEAMENTO CASSIO CUNHA LIMA  
Cidade: QUEIMADAS - PB  
Telefone: 91713018  
Documento: 3099529

TEMUNHAS:

baixo assinado, \_\_\_\_\_

Responsável pelo doente

*[Assinatura]*

Declaro que o retiro deste Nosocomio contra parecer dos médicos que o assistem, assumida inteira responsabilidade por sua saúde.

CAMPINA GRANDE - PB, 01/01/2011

Paciente: JOSUEL LOPES GOMES  
Responsável: JOSUEL LOPES GOMES  
Endereço: SIT LOTEAMENTO CASSIO CUNHA LIMA  
Cidade: QUEIMADAS - PB  
Telefone: 91713018  
Documento: 3099529

TEMUNHAS:

VO

Hospital Pedro I  
Atendimento pago pelo SUS



**Hospital Pedro I**

Paciente: Josuel Lopes Gomes

Rx. Perna N°

**Pré-operatório**

O exame mostra fratura dos ossos da perna.

**Pós-operatório**

Fratura dos ossos da perna, com osteosíntese.

Campina Grande, 01/01/11.

  
Dra. Rosalie Andrade dos Santos  
CRM 1508

Hospital Pedro I  
Internação paga pelo SUS



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 3099529 DATA: 26 FEV 2003

NOME: JOSUEL LOPES GOMES

FILIAÇÃO: José Luiz Pereira Gomes  
Joelsa Bezerra Lopes  
Queimadas-PB.

NATURALIDADE: 25.07.1965 DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. Nº. 13.598. fls. 274. Liv. Cart. de Queimadas-PB.

CPF: 014.155.724-96

ASSINADO POR: JOSUEL LOPES GOMES

ASSINATURA DO TITULAR: [Assinatura]

W.P. 1 77211

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI/P.100

[Fotografia]

ASSINATURA DO TITULAR: [Assinatura]

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria de Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição: 014.155.724-96

NOME: JOSUEL LOPES GOMES

Nascimento: 25/07/1965

Correios

Cartão de Identificação

Assinatura autorizada. Inválido sem assinatura. Authorized signature. Not valid unless signed.

CAIXA

CAIXA

603689 0000 82100118

JOSUEL LOPES GOMES

3520 013 00603902-0111

MasterCard

Assinatura autorizada. Inválido sem assinatura. Authorized signature. Not valid unless signed.

Este cartão é pessoal e intransferível

Obtenção do cartão: 01/03/2006 14:14

CAIXA

AQUI

Banco24Horas

Maestro

Gift

1004037



DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO





[illegible]

1004034

EXCELSIOR SENSIG  
D...  
Recebido em:  
24 AGO 2011  
Resposta al  
S...

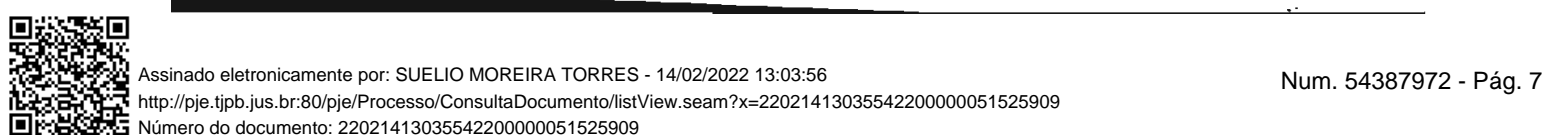
JOSUE LOPES GOMES  
25/07/85

Preencha com: Para documentação interna  
Preencha com: Para documentação externa

[illegible][illegible]

RESPONDENTE: FIDEL FERNANDEZ DE LA ROSA  
 Cedula: 9401-113517-1  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 8230 00

2011/ 3272 29



☐ MORTE ☒ INVALIDEZ ( T / P ) ☐ DAMS

CÓD SUCURSAL

1. SEGURADORA:

SEGURADORA:

2. DADOS DO SINISTRADO:

NOME DO SINISTRADO: JOSUE LOPES GOMES

ENDEREÇO: RUA: JOSE CASSIMIRO ALVES

COMPLEMENTO: S/N -

CEP:

BAIRRO: CENTRO

UF: PB

MUNICIPIO: QUEIMA DAS

COD. SINISTRADO: 3 NASCIMENTO: 25/07/85

CPF DO SINISTRADO: 054.155.724-96

DATA DO SINISTRO: 31/12/10

DATA DA RECLAMAÇÃO: NAT: 2

3. DOCUMENTOS:

PD

TIPO: 4 NÚMERO: MND-1456 CATEGORIA: 9

DEL. DE OCORRÊNCIA: POL. CIVIL

UF DA DELEGACIA: PB

MUNICIPIO DA OCORRÊNCIA: QUEIMA DAS

UF DA OCORRÊNCIA: PB

BO N°: 1526/11

DATA DO BO: 22/07/11

LAUDO IML N°:

DATA OCORRÊNCIA DO ÓBITO:

UF OCORRÊNCIA DO ÓBITO:

VALOR PLEITEADO R\$:

QUANT. BENEFICIÁRIO: 01

CODIGO BENEFICIÁRIO/RECEBEDOR: 01

4. DOCUMENTOS DOS BENEFICIÁRIOS / RECEBEDORES:

1- NOME:

CPF/CGO:

TIPO DO BENEFICIÁRIO

NASCIMENTO BENEFICIÁRIO:

BANCO

AG

CTI

OP

ENDEREÇO:

COMPLEMENTO:

CEP:

BAIRRO:

UF:

MUNICIPIO:

2- NOME:

CPF/CGO:

TIPO DO BENEFICIÁRIO

NASCIMENTO BENEFICIÁRIO:

BANCO

AG

CTI

OP

ENDEREÇO:

COMPLEMENTO:

CEP:

BAIRRO:

UF:

MUNICIPIO:

3- NOME:

CPF/CGO:

TIPO DO BENEFICIÁRIO

NASCIMENTO BENEFICIÁRIO:

BANCO

AG

CTI

OP

ENDEREÇO:

COMPLEMENTO:

CEP:

BAIRRO:

UF:

MUNICIPIO:





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE QUEIMADAS – PARAIBA

Processo nº 098.2011.001.770-8

**CÓPIA**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, já devidamente qualificada, por meio de seus procuradores *in fine* assinados, nos autos da ação proposta por **JOSUEL LOPES GOMES**, vem, interpor **APELAÇÃO CÍVEL** à sentença proferida, com fundamento nas razões de fato e de direito aduzidas em apartado.

Requer de imediato que o presente recurso seja recebido em ambos os efeitos legais, sendo regularmente processado e, após findo o prazo para contrarrazões da parte Recorrida, seja remetido ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, para que lá seja apreciado e dado-lhe provimento integralmente.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Queimadas, 21 de junho de 2012.

**ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS**

**OAB/PE 22.718**

Escritório Recife  
Rua da Hora, 692, Espinheiro -  
CEP: 52.020-010 | Recife - PE  
Tel.: 81 2101.5757  
Fax: 81 2101.5751  
queirozcavalcanti@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Salvador  
Av. Tancredo Neves, 1283, salas 702/703,  
Edif. Omega Empresarial Caminho das Árvores  
CEP: 41.820-020 | Salvador - BA  
Tel./Fax: 71 3271.5310 | 71 3272.1351  
queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório João Pessoa  
Av. João Machado, 553, salas 05/06 | Centro  
CEP: 58.013-520  
João Pessoa - PB  
Tel./Fax: 83 3021.3483 | 83 3021.3482  
queirozcavalcanti-pb@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Fortaleza  
Av. Santos Dumont, 2828, salas 06/07,  
Edif. Torre Santos Dumont | Aldeota  
CEP: 60.150-161 | Fortaleza - CE  
Tel./Fax: 85 3032.5757  
queirozcavalcanti-ce@queirozcavalcanti.adv.br

ECT - EMP. BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS  
30900042 - ACF BRISANAR  
AV. FLAVIO RIBEIRO CONTINHO, 805 BS10, MANAERA  
JOAO PESSOA - PB - 58033  
CNPJ: 40936988000122 - IE: ISENTA  
DATA: 29/06/2012 HORARIO: 19:17 **DH**  
OPERADOR 100 - FLAVIA  
ATENDIMENTO NUMERO: 0016  
QUEIROZ ENVALCANTI ADV

**COMPROVANTE DO CLIENTE**  
511540436398 - SEREX PROTOCOLO POSTAL  
DEST: FORUM DRA. AMARILIA SALES DE FARIAS  
CEP: 58475-000 - QUEIMADAS-PB  
PESO (g): 250  
VALOR DECLARADO NAO SOLICITADO. NO CASO DE OBJET  
O COM VALOR, FAÇA SEGURO, DECLARANDO O VALOR DO  
OBJETO  
PROCESSO: 0182011001709  
ANOTAÇÕES: 250

TOTAL: 1 14,40

VALOR A PAGAR	14,40
VALOR RECEBIDO	14,40
TROCO	0,00

**OBJETOS POSTADOS APÓS HORARIO LIMITE**

A ACF BRISANAR AGRADECE PELA PREFERENCIA.SAC 080  
07250100





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE QUEIMADAS- PARAÍBA

CÓPIA

**Processo nº 098.2011.001.770-8**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, em que contende com **JOSUEL LOPES GOMES**, vem, por meio de seu procurador ao final subscrito, requerer a juntada do processo administrativo, ora em anexo, como foi determinado em audiência

Nestes termos,  
Requer deferimento.

Queimadas, 20 de abril de 2012.

**Rostand Inácio dos Santos**

**OAB/PE 22.718**

**Escritório Recife**  
Rua da Hora, 692, Espinheiro  
CEP: 52.020-010 | Recife - PE  
Tel.: 81 2101.5757  
Fax: 81 2101.5751  
queirozcavalcanti@queirozcavalcanti.adv.br

**Escritório Salvador**  
Av. Tancredo Neves, 1263, salas 702/703,  
Edif. Omega Empresarial Caminho das Árvores  
CEP: 41.820-020 | Salvador - BA  
Tel./Fax: 71 3271.5310 | 71 3272.1351  
queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br

**Escritório João Pessoa**  
Av. João Machado, 553, salas 05/06 | Centro  
CEP: 58.013-520  
João Pessoa - PB  
Tel./Fax: 83 3021.3483 | 83 3021.3482  
queirozcavalcanti-pb@queirozcavalcanti.adv.br

**Escritório Fortaleza**  
Av. Santos Dumont, 2828, salas 06/07,  
Edif. Torre Santos Dumont | Aldeota  
CEP: 60.150-161 | Fortaleza - CE  
Tel./Fax: 85 3032.5757  
queirozcavalcanti-ce@queirozcavalcanti.adv.br



ECTY - EMP. BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS  
30900042 - ACE BRISANAR

AV. FLAVIO RIBEIRO COUTINHO, 505 B910, MANASSA  
VIAO PESSO - PB - 58033

DATA: 23/04/2012 HORA: 18:25 DM

RECEBIM. 100 - FLAVIA

ATENDIMENTO 100 - 0022

DESCRIÇÃO: CAVALETEI ABN

COMPROVANTE DO CLIENTE

STANISLAVO - SEDEX FOTOCOPIA POSTAL

DEST: FIDEL CR. AMARILIA SALES DE FARIAS

CEP: 58475-100-OLEITINHAS-PB

PESO (g): 139

PREÇO: 14,40

VALOR DECLARADO NDO SOLICITADO. NO CASO DE OBJET

O COM VALOR, PARA SEGURO, DECLARANDO O VALOR DO

OBJETO

PROCESSO 109828110817708

INDICAÇÕES:

TOTAL	1	14,40
-------	---	-------

VALOR A PAGAR	14,40
---------------	-------

VALOR RECEBIDO	14,40
----------------	-------

TROCO	0,00
-------	------

OBJETOS POSTADOS APÓS HORARIO LIMITE

ACE BRISANAR ADICIONA FELA PREFERENCIA SAC 080  
07259100



NOTA: Este atestado é válido para as finalidades previstas no Artigo 1º do R.G.P.S., aprovado pelo Decreto nº 60.501 de 14/03/1967, e será expedido para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.

Assinatura do Médico - CRM nº

Rua Quilombo São Raimundo - 52

Campina Grande - PB, 52060-000 BOMBAREMA

de 10

CID: F11.11.11.11

por motivo de doença

) dias de afastamento do trabalho, a partir dessa data.

Série necessária de 06, 11, 17

portador da Carteira Profissional Nº

ATESTADO que o segurado

João R. P. 117

ATESTADO MÉDICO

CONVÊNIO COM SUS

RUA PEDRO I, 605 - SÃO JOSÉ  
CAMPINA GRANDE - PB  
FAX: (83) 3315-7700  
PABX: (83) 3315-7701

HOSPITAL PEDRO I

Assinatura do Médico

PEDRO I

Hospital







Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 14/02/2022 13:03:56  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021413035542200000051525909>  
 Número do documento: 22021413035542200000051525909

Num. 54387972 - Pág. 86



Assinatura

HOSPITAL PEDRO I  
RUA ...  
Nº ...

1. Lavagem das mãos  
2. Antissepsia da pele  
3. Preparação do paciente  
4. Preparação do campo  
5. Anestesia  
6. Incisão  
7. Sutura  
8. Curativo  
9. Curativo  
10. Curativo

de Acesso - Técnica e técnica - Ligaduras - Sutura - Mal. Emprego

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Tempo decorrido da operação 150 horas

Tempo decorrido da operação 150 horas

Tempo decorrido da operação 150 horas

Tempo decorrido da operação 150 horas

Assinatura  
Tipo de Assinatura  
Instrumentador

Assinatura  
Tipo de Assinatura  
Instrumentador

HOSPITAL PEDRO I  
DESCRIÇÃO CIRURGIA



### Environmental Reporting

MATERIAIS UTILIZADOS NA CIRURGIA		MEDICAMENTOS E ANESTÉSICOS	
Quant.	MATERIAIS	Quant.	MATERIAIS SÍNTESE
	Adm. Caspim 10 ml		Amidulo
	Adm. Caspim 15 ml		Cimento Ciano
	Adm. Caspim 20 ml		Fio Kirschner
	Adm. Caspim 25 ml		Fio Serravallo
	Adm. Caspim 30 ml		Grampos Bloont
	Adm. Caspim 35 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 40 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 45 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 50 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 55 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 60 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 65 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 70 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 75 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 80 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 85 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 90 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 95 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 100 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 105 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 110 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 115 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 120 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 125 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 130 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 135 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 140 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 145 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 150 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 155 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 160 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 165 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 170 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 175 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 180 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 185 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 190 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 195 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 200 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 205 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 210 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 215 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 220 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 225 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 230 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 235 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 240 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 245 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 250 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 255 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 260 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 265 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 270 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 275 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 280 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 285 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 290 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 295 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 300 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 305 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 310 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 315 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 320 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 325 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 330 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 335 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 340 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 345 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 350 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 355 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 360 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 365 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 370 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 375 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 380 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 385 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 390 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 395 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 400 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 405 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 410 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 415 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 420 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 425 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 430 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 435 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 440 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 445 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 450 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 455 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 460 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 465 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 470 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 475 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 480 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 485 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 490 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 495 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 500 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 505 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 510 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 515 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 520 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 525 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 530 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 535 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 540 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 545 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 550 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 555 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 560 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 565 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 570 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 575 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 580 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 585 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 590 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 595 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 600 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 605 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 610 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 615 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 620 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 625 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 630 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 635 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 640 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 645 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 650 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 655 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 660 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 665 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 670 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 675 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 680 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 685 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 690 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 695 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 700 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 705 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 710 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 715 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 720 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 725 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 730 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 735 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 740 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 745 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 750 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 755 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 760 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 765 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 770 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 775 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 780 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 785 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 790 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 795 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 800 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 805 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 810 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 815 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 820 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 825 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 830 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 835 ml		Grampos Kirschner
	Adm. Caspim 840 ml		



Nome: Thomaz Lopes Almeida 25  
 Data: 14/02/2022  
 Local: Unidades 13  
 Assinatura: Suelio

EVOLUÇÃO TERAPÊUTICA MÉDICA

DATA	EVOLUÇÃO	TERAPÊUTICA E ORDEM MÉDICA	HORÁRIO
01/02/22	Exame de admissão Pl. 101 - 101/101	1. D. 100 2. G. 1000 3. G. 1000 4. G. 1000 5. G. 1000 6. G. 1000 7. G. 1000 8. G. 1000 9. G. 1000 10. G. 1000 11. G. 1000 12. G. 1000 13. G. 1000 14. G. 1000 15. G. 1000 16. G. 1000 17. G. 1000 18. G. 1000 19. G. 1000 20. G. 1000 21. G. 1000 22. G. 1000 23. G. 1000 24. G. 1000 25. G. 1000 26. G. 1000 27. G. 1000 28. G. 1000 29. G. 1000 30. G. 1000 31. G. 1000 32. G. 1000 33. G. 1000 34. G. 1000 35. G. 1000 36. G. 1000 37. G. 1000 38. G. 1000 39. G. 1000 40. G. 1000 41. G. 1000 42. G. 1000 43. G. 1000 44. G. 1000 45. G. 1000 46. G. 1000 47. G. 1000 48. G. 1000 49. G. 1000 50. G. 1000 51. G. 1000 52. G. 1000 53. G. 1000 54. G. 1000 55. G. 1000 56. G. 1000 57. G. 1000 58. G. 1000 59. G. 1000 60. G. 1000 61. G. 1000 62. G. 1000 63. G. 1000 64. G. 1000 65. G. 1000 66. G. 1000 67. G. 1000 68. G. 1000 69. G. 1000 70. G. 1000 71. G. 1000 72. G. 1000 73. G. 1000 74. G. 1000 75. G. 1000 76. G. 1000 77. G. 1000 78. G. 1000 79. G. 1000 80. G. 1000 81. G. 1000 82. G. 1000 83. G. 1000 84. G. 1000 85. G. 1000 86. G. 1000 87. G. 1000 88. G. 1000 89. G. 1000 90. G. 1000 91. G. 1000 92. G. 1000 93. G. 1000 94. G. 1000 95. G. 1000 96. G. 1000 97. G. 1000 98. G. 1000 99. G. 1000 100. G. 1000	

Hospital Pedro J  
CORREIA MOREIRA

paciente em observação  
durante 24 horas (14/12/2020)

HOSPITAL PEDRO J  
CORREIA MOREIRA

paciente em observação  
durante 24 horas (14/12/2020)  
paciente em observação  
durante 24 horas (14/12/2020)

paciente em observação  
durante 24 horas (14/12/2020)  
paciente em observação  
durante 24 horas (14/12/2020)

paciente em observação  
durante 24 horas (14/12/2020)  
paciente em observação  
durante 24 horas (14/12/2020)

paciente em observação  
durante 24 horas (14/12/2020)  
paciente em observação  
durante 24 horas (14/12/2020)

FOLHA DE ENFERMAGEM

HOSPITAL PEDRO J  
CORREIA MOREIRA



NO

TERMINAL:

Unidade: 309029

Data: 01/01/2011

ID: QUESADA - PB

Arquivo: SIT LOTEAMENTO CASSIO CUNHA LMA

Por: JOSUEI LOPES GOMES

Envia: JOSUEI LOPES GOMES

CAMPINA GRANDE - PB, 01/01/2011

Assinatura pelo doente

Assinatura: *Alis Souto Alis*

Assinatura: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

TERMINAL:

Unidade: 309029

Data: 01/01/2011

ID: QUESADA - PB

Arquivo: SIT LOTEAMENTO CASSIO CUNHA LMA

Por: JOSUEI LOPES GOMES

Envia: JOSUEI LOPES GOMES

CAMPINA GRANDE - PB, 01/01/2011

O responsável se compromete ainda pela retirada do paciente dentro de 24 horas após o favor caso não

De acordo com o paciente, presente e seu responsável, AUTORIZAM o corpo clínico (HOSPITAL PEDRO I DE CAMPINA GRANDE - PB) a realizar qualquer tratamento médico ou cirúrgico, bem como quaisquer exames complementares necessários ao diagnóstico, inclusive exames complementares

Assinatura: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Assinatura: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



Hospital Pedro J  
Internação pelo SUS

Dra. Rosalie Andrade dos Santos  
CRM 1508



Campina Grande, 01/01/11.

Fratura dos ossos da perna, com osteosintese.

Pos-operatório

O exame mostra fratura dos ossos da perna.

Pré-operatório

Hospital Pedro J  
Paciente: Josuel Lopes Gomes  
RX Perna  
Nº

19-  
A



Pelo presente fica o contratado obrigado a pagar o percentual de 30% (trinta por cento) do valor da indenização ou acordo. O contratado se compromete a fornecer a conta de e final do caso, inclusive as despesas. Os honorários advocatícios são exclusivos do contratado. Fica eleito o foro da comarca de Campina Grande para dirimir eventual litígio.

*Josevel Lopes Gomes*  
Campina Grande, PB.

### CONTRATO DE HONORÁRIOS

*Josevel Lopes Gomes*  
Outorgante

Campina Grande, PB, 17 de outubro de 2011.

Poderes: Para o fato em geral, com a cláusula "ad iudicium" e os art. citados no art. 15 do CPC, a fim de que possa defender os interesses e direitos do(s) outorgante(s) perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, bem como perante Repartições Públicas, Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, acompanhando as ações competentes em que seja autor e defendendo-o em que for réu, interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, fazer acordo, recorrer, transigir, confessar, firmar compromissos, concordar, dar quitação, prestar declarações, receber notificações, bem como substituí-lo e presenciar instrumento com ou sem reservas de poderes, se assim lhe convier e praticar todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, com o fim especial de ajudar a ACÃO DE COBRANÇA contra uma das signatárias líder dos conselhos 1, 2, junto a uma das Varas Cíveis desta Comarca de Campina Grande/PB, ou em outra e/ou ainda recorrer para instância superior, se necessário for.

Outorgado: GIVALDO SOARES DE LIMA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB sob nº 10.190, com endereço profissional situado no CENTRO JURÍDICO DESFERRAGADOR LUIZ SILVIO RAMALHO, na rua Estácio Lavares Wanderley, nº 265, 5º andar, sala 501, bairro da Liberdade, Campina Grande/PB, fone/fax: (83) 3321-2653 / 9973-3476, e-mail: [advgo@luma.com.br](mailto:advgo@luma.com.br) e [advgo@normal.com.br](mailto:advgo@normal.com.br)

PROCURAÇÃO COM A CLÁUSULA ADJUDICAT  
Outorgante  
*JOSEVEL LOPES GOMES, brasileiro, solteiro, ABG,*  
CPF nº 045.724-96, RESIDENTE na Rua do Cassimiro  
ALVES, nº 5/N. Centro, GUERINOPOLIS/PB.



ECT - EP, INAG, CORREIOS E TELEGRAFOS  
30700023 - ADE CRISTO REDENTOR  
AV. PRES. RAMIERI NAZZARI, 1671, FONE: 3231-2011  
JORD PESSOA - PE - 580718  
CNPJ: 01774415000128 - IE: 161315344  
DATA: 14/06/2013 HORARIO: 17:29 **DI**  
OPERADOR 006 - BRISANAR  
ATENDIMENTO NUMERO: 0049

COMPROVANTE DO CLIENTE  
96999810070R - CEDEX PROTOCOLO POSTAL

DEST: FORUM AMARELIA  
CITY: 50475-000-QUEIMADAS-PB  
DIMENSÕES (cm): 4,0 x 11,0 x 16,0  
PESO LÍQUIDO (g): 117  
PESO (g): 135  
VALOR DECLARADO NÃO SOLICITADO. NO CASO DE OBJET  
O COM VALOR, FAÇA SEGURO, DECLARANDO O VALOR DO  
OBJETO  
PROCESSO Nº: 00920110017700  
ANOTAÇÕES:

PRECISO: 15,40

TOTAL: 1 15,40

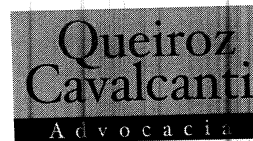
VALOR A PAGAR	15,40
VALOR RECEBIDO	15,40
TROCO	0,00

OBJETOS PORTÁTEIS APÓS HORARIO LIMITE  
WWW.CORREIOS.COM.BR



**Escritório Recife**  
Rua da Hora, 692  
Espinho - Recife - PE  
CEP 52020-010  
Tel.: 81 2101.5757/Fax: 81 2101.5751  
queirozcavalcanti@queirozcavalcanti.adv.br

**Escritório Salvador**  
Av. Tancredo Neves, 1283, Sala 702, Edif. Omega Empresarial  
Caminho das Árvores - Salvador - BA  
CEP 41820-020  
Tel.: 71 3271.5310/3342.2399  
queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE QUEIMADAS - PB**

**CÓPIA**

**Processo 098.2011.001.770-8**

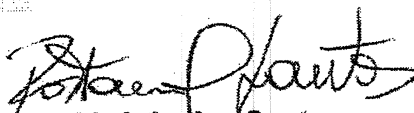
**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,**  
devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que lhe promove  
**JOSUEL LOPES GOMES** por meio de seus advogados que esta subscreve vem  
respeitosamente a presença de V. Exa., requerer a juntada de guia de pagamento de  
Condenação.vide cálculo em anexo.

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de cumprimento da  
obrigação, arquivamento do feito e sua baixa no distribuidor.

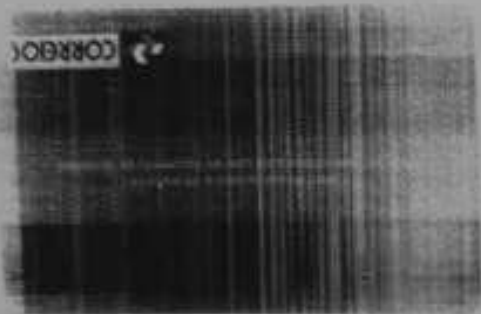
Nestes termos,

Pede Deferimento.

Queimadas, 10 de junho de 2013

  
**Rostand Inácio dos Santos**  
**OAB/PE 22.718**





\*=====\*

* Megadata Computacoes	D.P.V.A.T.	23/11/2011	18:52:01	*
* Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre				*
* D226/DPV226T		D089 /	DPV226P	*

\*=====\*

\*\*\* PAGAMENTO POR NUMERO DE SINISTRO \*\*\*\*\*

CODIGO DA SEGURADORA	-	5690	
CODIGO DA DEPENDENCIA	-	199	
NUMERO DO SINISTRO	-	2011 / 327229 / 01	
SERIE DO CHEQUE	-	611000	
NUMERO DO CHEQUE	-	000000	
BCO/AG-DV/CONTA-DV/DVA-	104 / 03987-	/ 000000003902-8	/
VALOR DO PAGAMENTO	-	2.362,50	
STATUS DO PAGAMENTO	-	1	
DATA DE EMISSAO	-	19 / 09 / 2011	
COD. DO RECEB./BENEF.	-	1	
NOME DO BENEFICIARIO	-	JOSUEL LOPES GOMES	
CPF/CGC BENEFICIARIO	-	00001415572496	
DATA LANCAMENTO BANCO	-	19 / 09 / 2011	
FORMA DE PAGAMENTO	-	CREDITO CONTA CORRENTE	
* STATUS *	0=PENDENTE	1=PAGO BANCO 2/4=CANCEL.	S.LIDER 3=CANCEL. PRAZO

\*=====\*

ENTER = CONTINUAR	PF03 = FIM	PF07 = VOLTA MENU
-------------------	------------	-------------------



PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL



DADOS DO SINISTRO

**Número:** 2011327229 **Cidade:** QUEIMADAS **Natureza:** Invalidez Parcial  
**Vítima:** JOSUEL LOPES GOMES **Data do acidente:** 31/12/2010 **Emissor do parecer:** Fernando Pereira de Castro  
**Seguradora:** CIA EXCELSIOR DE SEGUROS **Prestadora:** CEBEME-Centro Brasileiro de Est. Med. de Eviden **CRM do médico:** 329637

PARECER

**Data da análise:** 12/09/2011  
**Perícia médica:** Não  
**Diagnóstico:** TRAUMA EM MIE  
**Resultados terapêuticos:**  
**Sequelas permanentes:** DANO FUNCIONAL PERMANENTE EM MIE  
**Sequelas:** Sim  
**Conduta mantida:** Não  
**Quantificação das sequelas:** DANO LEVE DE MIE BASEADO EM DOC MÉDICA  
**Documentos complementares:**  
**Observações:**  
**Valor pleiteado:** 9.450,00  
**Médico avaliador:** FERNANDO CASTRO  
**UF do CRM do médico:** RJ

DANOS

Dano	%	Dimensão	Graduação
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70	1	25

**Valor avaliado:** 2.362,50

